



PM/PA: SOLDADO

SIMULADOS

FOCADO NA BANCA CESPE

AMOSTRA GRÁTIS

Q2

GARANTA O PACOTE COMPLETO COM 50% OFF: [CLIQUE AQUI AGORA!](#)

Fala, Futuro(a) **Soldado da PM-PA!** Tudo bem?

Seja bem-vindo ao nosso pacote de simulados pós-edital focado na banca Cespe para o concurso da PM-PA.

VEJA ABAIXO COMO FUNCIONA NOSSO PACOTE DE SIMULADOS:

No total serão 4 simulados com questões de **ALTA RELEVÂNCIA** que poderão cair na sua prova. Os simulados vão envolver as matérias de **Português, Informática, Raciocínio Lógico, Direito Administrativo e Direito Constitucional, Direito Penal, Processual Penal, Legislação Extravagante, Direito Penal Militar, Direito Processual Militar, Legislação Específica e Direitos Humanos.**

PONTOS IMPORTANTES DO PACOTE DE SIMULADOS:

- Cada simulado terá **60 questões** e o comentário de cada questão disponível no final do simulado!
- No total são **quatro simulados** disponíveis para baixar e gabaritar!

Bons estudos e aproveite bastante nossa amostra! **Temos certeza de que será uma ferramenta de grande efetividade!**

Vamos Quebrar tudo!

Equipe **Quebrando Questões.**

PORTUGUÊS

Texto CB1A1-I

1 É impressionante como, em nosso tempo, somos
contraditórios no que diz respeito aos direitos humanos.
Em comparação a eras passadas, chegamos a um máximo
4 de racionalidade técnica e de domínio sobre a natureza,
o que permite imaginar a possibilidade de resolver grande
número de problemas materiais do homem, quem sabe,
7 inclusive, o da alimentação.

No entanto, a irracionalidade do comportamento
é também máxima, servida frequentemente pelos mesmos
10 meios que deveriam realizar os designios da racionalidade.
Assim, com a energia atômica, podemos, ao mesmo tempo,
gerar força criadora e destruir a vida pela guerra; com incrível
13 progresso industrial, aumentamos o conforto até alcançar
níveis nunca sonhados, mas excluimos dele as grandes
massas que condenamos à miséria; em muitos países,
16 quanto mais cresce a riqueza, mais aumenta a péssima
distribuição dos bens. Portanto, podemos dizer que os
mesmos meios que permitem o progresso podem provocar
19 a degradação da maioria.

Na Grécia antiga, por exemplo, teria sido impossível
pensar em uma distribuição equitativa dos bens materiais,
22 porque a técnica ainda não permitia superar as formas brutais
de exploração do homem, nem criar abundância para todos.
Em nosso tempo, é possível pensar nisso, mas o fazemos
25 relativamente pouco. Essa insensibilidade nega uma das
linhas mais promissoras da história do homem ocidental,
aquela que se nutriu das ideias amadurecidas no correr
28 dos séculos XVIII e XIX.

Essas ideias abriram perspectivas que pareciam
levar à solução dos problemas dramáticos da vida em
31 sociedade. E, de fato, durante muito tempo, acreditou-se que,
removidos uns tantos obstáculos, como a ignorância e os
sistemas despóticos de governo, as conquistas do progresso
34 seriam canalizadas no rumo imaginado pelos utopistas, porque
a instrução, o saber e a técnica levariam, necessariamente,
à felicidade coletiva. Contudo, mesmo onde esses obstáculos
37 foram removidos, a barbárie continuou entre os homens,
embora não mais se ache normal o seu elogio, como se todos
soubessem que ela é algo a ser ocultado e não proclamado.

Antonio Candido. Vários escritos. 3.^a ed. rev. e ampl.
São Paulo: Duas Cidades, 1995, p. 100-70 (com adaptações).

01) Sem alteração dos sentidos do texto CB1A1-I, o vocábulo “equitativa” (l.21) poderia ser substituído por

- A) ampla.
- B) qualitativa.
- C) divergente.
- D) uniforme.
- E) imediata.

02) Cada uma das opções a seguir apresenta uma proposta de reescrita para o segmento “a instrução, o saber e a técnica levariam, necessariamente, à felicidade coletiva” (l. 35 e 36), do texto CB1A1-I. Assinale a opção em que a proposta indicada mantém os sentidos e a correção gramatical do texto.

- A) a instrução, o saber e a técnica motivariam, necessariamente, à felicidade coletiva.
- B) a instrução, o saber e a técnica implicariam, necessariamente, à felicidade coletiva.
- C) a instrução, o saber e a técnica chegariam, necessariamente, à felicidade coletiva.
- D) a instrução, o saber e a técnica conduziram, necessariamente, a felicidade coletiva.

E) a instrução, o saber e a técnica proporcionariam, necessariamente, a felicidade coletiva.

03) De acordo com o texto CB1A1-I, o progresso

- A) gera maior distribuição dos bens
- B) perpetua a felicidade coletiva.
- C) causa a degradação da humanidade.
- D) prolonga a barbárie entre os homens.
- E) produz força criadora.

04) No texto CB1A1-I, a forma pronominal presente na contração “nisso” (l.24) refere-se a

- A) “uma distribuição equitativa dos bens materiais” (l.21).
- B) “superar as formas brutais de exploração do homem” (l. 22 e 23).
- C) “criar abundância para todos” (l.23).
- D) “Essa insensibilidade” (l.25).
- E) “ideias amadurecidas no correr dos séculos XVIII e XIX” (l. 27 e 28).

05) A correção gramatical e a coerência do texto CB1A1-I seriam mantidas se a expressão “No entanto” (l.8) fosse substituída por

- A) Embora
- B) Nesse sentido.
- C) Ainda assim.
- D) Logo.
- E) Sobretudo.

06) No texto CB1A1-I, o trecho “quanto mais cresce a riqueza, mais aumenta a péssima distribuição dos bens” (l. 16 e 17) expressa uma relação de

- A) comparação.
- B) oposição.
- C) proporcionalidade.
- D) conformidade.
- E) alternância.

07) Cada uma das opções a seguir apresenta uma proposta de reescrita que altera o seguinte trecho do texto CB1A1-I: “o que permite imaginar a possibilidade de resolver grande número de problemas materiais do homem, quem sabe, inclusive, o da alimentação” (l. 5 a 7). Assinale a opção em que a proposta apresentada mantém a correção e os sentidos originais do texto.

- A) o que permite imaginar a possibilidade de resolver grande número de problemas materiais do homem: quem sabe, inclusive, o da alimentação.
- B) permitindo imaginar a possibilidade de resolver grande número de problemas materiais do homem; quem sabe, inclusive, o da alimentação.
- C) o que permite imaginar a possibilidade de resolver grande número de problemas materiais do homem — quem sabe, inclusive, o da alimentação.
- D) o que permite imaginar a possibilidade de resolver grande número de problemas materiais, do homem quem sabe, inclusive, o da alimentação.

E) permitindo imaginar a possibilidade de resolver grande número de problemas materiais do homem quem sabe, inclusive, o da alimentação.

08) Conforme o texto CB1A1-I, a humanidade atingiu sua capacidade máxima de

- A) A respeito aos direitos humanos.
- B) racionalidade técnica.
- C) resolução de todos os problemas materiais do homem.
- D) padronização do comportamento.
- E) E produção de alimentos.

09) No texto CB1A1-I, indica o momento da produção textual a expressão

- A) "em nosso tempo" (R.1).
- B) "eras passadas" (R.3).
- C) "ao mesmo tempo" (R.11).
- D) "séculos XVIII e XIX" (R.28).
- E) "durante muito tempo" (R.31).

10) Assinale a opção que apresenta o tema central do texto CB1A1-I.

- A) "somos contraditórios no que diz respeito aos direitos humanos" (l. 1 e 2)
- B) "chegamos a um máximo de racionalidade técnica e de domínio sobre a natureza" (l. 3 e 4)
- C) "a irracionalidade do comportamento é também máxima" (l. 8 e 9)
- D) "as conquistas do progresso seriam canalizadas no rumo imaginado pelos utopistas" (l. 33 e 34)
- E) "a barbárie continuou entre os homens" (l. 37)

INFORMÁTICA

11) Assinale a opção que apresenta o código malicioso que é projetado para permitir o retorno e o acesso de um invasor a um equipamento comprometido anteriormente, por meio da inclusão de serviços criados ou modificados.

- A) backdoor.
- B) vírus.
- C) worm.
- D) cavalo de Troia.
- E) ransomware.

12) O recurso do Google Chrome que permite aos usuários sincronizar as informações de agenda, email e contatos das contas de dispositivos móveis no computador é o

- A) Google Sync.
- B) Favoritos.
- C) Modo anônimo.
- D) Modo de navegação segura.
- E) Controle de guias.

13) A figura precedente representa tabela editada no MS Excel, referente a contratos de rodovias com pedágio no estado de Mato Grosso.

	A	B	C	D	E
1			Rodovias Pedagiadas		
2	Nº	Contrato	Concessionária	Trecho / Objeto	Data de Assinatura
3	1	001/2010/00/00/ASJU	Rodovia da Mudança	MT-449/010/388	15/12/2010
4	2	002/2010/00/00/ASJU	INTERVIAS	MT-242	15/12/2010
5	3	003/2010/00/00/ASJU	APASI	MT-242/MT-491	15/12/2010
6	4	004/2010/00/00/ASJU	SPS	MT-140/MT-235	15/12/2010
7	5	001/2011/00/00/ASJU	Morro da Mesa	MT-130	15/07/2011
8					
9		Total de Contratos			

Considerando a figura apresentada, é correto afirmar que, para que a quantidade de contratos que foram assinados no dia 15/12/2010 seja exibida na célula C9, o usuário deverá inserir, na célula, a fórmula

- A) =SOMA(E3:E7;"15/12/2010").
- B) =CONT.SE(E3:E7;"15/12/2010").
- C) =CONT(E3:E7;"15/12/2010").
- D) =CONT.VALORES(E3:E7; ="*2010").
- E) =TOTAL(E3:E7; ="*2010").

14) No Outlook, é possível enviar cópias de uma mensagem de email para outros endereços, sem que o destinatário inicial saiba quem recebeu as cópias da mesma mensagem. Para executar essa ação, o usuário deve selecionar, no campo de destinatário, a opção

- A) Contatos.
- B) Para.
- C) Cc.
- D) Cco.
- E) Agendar enviar e-mail.

15) No Google Chrome, o usuário pode adicionar aos Favoritos as páginas web frequentemente visitadas. Assinale a opção que apresenta o comando por meio do qual essa ação pode ser executada.

- A) Ctrl + Shift + N.
- B) Ctrl + F.
- C) Ctrl + Shift + I.
- D) Ctrl + D.
- E) Ctrl + J.

RACIOCÍNIO LÓGICO

16) Considerando que P, Q e R representem proposições lógicas simples, assinale a opção que expressa corretamente a seguinte proposição: A beleza esplendorosa da lua inspira todos os apaixonados como o mar cristalino inspira os mais belos sentimentos nos navegadores.

- A) P
- B) $P \vee Q$
- C) $P \wedge Q$
- D) $P \wedge (Q \wedge R)$
- E) $P \rightarrow Q$

17) O número de linhas da tabela-verdade associada à proposição "Você me acha linda porque você gosta de mim" é igual a

- A) 4.
- B) 8.
- C) 16.
- D) 32.
- E) 64.

18) Assinale a opção em que é corretamente apresentada uma negação da proposição “Todos os contratos foram celebrados em data anterior a 1.º/11/2022”.

- A) Há contratos celebrados em data posterior a 1.º/11/2022.
- B) Todos os contratos foram celebrados em data posterior a 1.º/11/2022.
- C) Há contratos que não foram celebrados em data posterior a 1.º/11/2022.
- D) Há contratos que não foram celebrados em data anterior a 1.º/11/2022.
- E) Nenhum contrato foi celebrado em data anterior a 1.º/11/2022.

19) Ao realizar uma checagem sobre 36 dossiês de contratos de concessão de créditos, um auditor verificou que havia 4 dossiês sem registro da data de emissão dos RG dos clientes, 5 sem cópia anexada dos RG, e 2, tanto sem a data de emissão dos RG quanto sem cópia anexada dos RG.

Nessa situação, o número de dossiês que não apresentaram nenhum dos problemas citados é igual a

- A) 9.
- B) 11.
- C) 25.
- D) 27.
- E) 29.

20) Assinale a opção que apresenta corretamente uma negação da proposição “Se nunca foi campeão da Champions League, seu time é muito ruim”.

- A) Se sempre foi campeão da Champions League, seu time é muito bom.
- B) Se nunca foi campeão da Champions League, seu time não é muito ruim.
- C) Se seu time não é muito ruim, ele sempre foi campeão da Champions League.
- D) Nunca foi campeão da Champions League, mas seu time não é muito ruim.
- E) Mesmo seu time sendo muito bom, ele nunca será campeão da Champions League.

DIREITO CONSTITUCIONAL

21) Art. 5.º. (...) LVIII – o civilmente identificado não será submetido a identificação criminal, salvo nas hipóteses previstas em lei;

Art. 18. (...) § 1.º Brasília é a Capital Federal.

Art. 153. Compete à União instituir impostos sobre: (...)

VII – grandes fortunas, nos termos de lei complementar.

Brasil. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília – DF: Senado Federal, 1988.

Quando ao grau de eficácia, as normas constitucionais precedentes classificam-se, respectivamente, como de eficácia

- A) programática, plena e contida.
- B) limitada, plena e contida.
- C) contida, limitada e plena.
- D) plena, contida e limitada.
- E) contida, plena e limitada.

22) Ao tratar dos princípios fundamentais, a CF estabelece, em seu art. 1.º,

- A) a forma republicana de Estado, cláusula pétrea expressa, caracterizada pela eletividade, temporariedade e responsabilidade do governante.
- B) a forma republicana de governo, caracterizada pela eletividade, temporariedade e responsabilidade do governante.
- C) a forma federativa de Estado, cláusula pétrea implícita, caracterizada pela tripartição dos poderes da União.
- D) a forma federativa de Estado e o sistema presidencialista de governo.
- E) a forma republicana de governo e a forma federativa de Estado, cláusulas pétreas expressas.

23) A Constituição Federal de 1988 garante, entre outros direitos e garantias fundamentais, que

- A) a manifestação do pensamento é livre, sendo garantido o direito ao anonimato.
- B) ninguém será privado de direitos por motivo de convicções filosóficas, políticas ou religiosas, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta.
- C) a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem o consentimento do morador, salvo por determinação judicial, a qualquer hora do dia ou da noite.
- D) todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, desde que seja concedida permissão por autoridade competente.
- E) os autores de inventos industriais terão privilégio de caráter permanente para sua utilização, haja vista a promoção do desenvolvimento tecnológico do país.

24) É privativo de brasileiro nato, segundo a CF, o cargo de

- A) juiz de direito.
- B) oficial das Forças Armadas.
- C) delegado da Polícia Federal.
- D) deputado estadual.
- E) governador de estado.

25) Na Federação brasileira, os estados

- A) detêm soberania frente às decisões da União.

- B) podem organizar-se livremente por meio de Constituição estadual, dispensada de observar as regras da Constituição Federal.
- C) possuem a mesma estrutura de Poderes que os municípios.
- D) têm Poder Legislativo organizado de forma bicameral, com dois órgãos legislativos, tal qual a União.
- E) podem, apesar da autonomia municipal, intervir nos municípios, em algumas circunstâncias.

DIREITO ADMINISTRATIVO

26) O direito administrativo é formado por muitos conceitos, princípios, elementos, fontes e poderes. As principais fontes formais do direito administrativo, segundo a doutrina majoritária, são

- A) a doutrina, a jurisprudência e a Constituição.
- B) a Constituição, a lei e os atos normativos da administração pública.
- C) os princípios gerais de direito, a jurisprudência, a lei e os atos normativos da administração pública.
- D) os costumes, a lei e os atos normativos da administração.
- E) a Constituição, a lei e os costumes.

27) Assinale a opção que corresponde ao princípio administrativo que se relaciona à vedação ao desperdício ou à má utilização dos recursos públicos e que, inicialmente implícito na Constituição Federal de 1988, foi explicitado por meio de emenda constitucional.

- A) princípio da impessoalidade
- B) princípio da eficiência
- C) princípio da moralidade
- D) princípio da razoabilidade
- E) princípio da proporcionalidade

28) A Agência de Regulação de Serviços Públicos Delegados do Estado de Rondônia (AGERO), criada mediante lei específica, possui personalidade jurídica própria de direito público, patrimônio e receita próprios, capacidade específica e restrita à sua área de atuação, bem como autonomia administrativa e financeira. A essa agência compete o poder de regulação, controle e fiscalização de serviços públicos delegados, permissionados ou autorizados.

Com base no texto anterior, é correto afirmar que a AGERO é exemplo de

- A) fundação pública.
- B) fundação autárquica.
- C) consórcio público.
- D) autarquia.
- E) empresa pública.

29) Um cidadão que integra o conselho de sentença de um tribunal do júri é considerado, nessa situação,

- A) agente político.

- B) agente público credenciado.
- C) servidor público temporário.
- D) agente público honorífico.
- E) servidor público voluntário.

30) O alvará de licença e o alvará de autorização concedidos pela administração pública constituem meio de atuação do poder

- A) disciplinar.
- B) regulamentar.
- C) hierárquico.
- D) de polícia.
- E) hierárquico e do disciplinar.

DIREITO PENAL

31) Com relação ao tempo e ao lugar do crime, o Código Penal brasileiro adotou, respectivamente, as teorias do(a)

- A) resultado e da ação
- B) consumação e do resultado.
- C) atividade e da ubiquidade.
- D) ubiquidade e da atividade.
- E) ação e da consumação.

32) Iter criminis corresponde ao percurso do crime, compreendido entre o momento da cogitação pelo agente até os efeitos após sua consumação. Há relevância no estudo do iter criminis porque, conforme o caso, podem incidir institutos como desistência voluntária, princípio da consunção e tentativa. Considera-se punível o crime tentado no caso de

- A) o agente ser flagrado elaborando os planos para a prática do crime.
- B) o agente ser flagrado realizando atos de preparação para o crime.
- C) o crime, iniciada a execução, não se consumir por ineficácia absoluta do meio empregado para sua prática.
- D) o agente, iniciada a execução, desistir de prosseguir com a ação, impedindo seu resultado.
- E) o crime, iniciada a execução, não se consumir por circunstâncias alheias à vontade do agente.

33) A respeito da imputabilidade penal, julgue os itens a seguir.

I Os maiores de dezesseis anos de idade que ainda não tiverem alcançado a maioridade são considerados relativamente incapazes no que tange à responsabilidade criminal.

II Emoção ou paixão não são causas de exclusão a imputabilidade penal.

III A embriaguez culposa anterior à prática de crime é causa de diminuição de pena, mas não torna o agente inimputável.

IV O deficiente mental inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato é inimputável.

Estão certos apenas os itens

- A) I e II.
- B) I e III.
- C) II e IV.
- D) I, III e IV.
- E) II, III e IV.

34) Com relação a crimes contra a honra, assinale a opção correta.

- A) O crime de calúnia se consuma no momento em que o ofendido toma conhecimento da imputação falsa contra si.
- B) Calúnia contra indivíduo falecido não se enquadra como crime contra a honra.
- C) A exceção da verdade é admitida em caso de delito de difamação contra funcionário público no exercício de suas funções.
- D) A retratação cabal do agente da calúnia ou da difamação após o recebimento da ação penal é causa de diminuição de pena.
- E) O delito de injúria racial se processa mediante ação penal pública incondicionada.

35) Por estar com problemas financeiros, Lara convidou um colega para subtrair bens do patrimônio de Jair. O colega aceitou o convite e o ilícito foi cometido.

Nessa situação, haverá isenção de pena se

- A) Jair for genitor de Lara, ainda que não tenha reconhecido formalmente a paternidade.
- B) Jair for avô de Lara e tiver idade superior a sessenta anos.
- C) Lara for mãe dos filhos de Jair, mesmo que ambos estejam divorciados.
- D) o crime tiver sido praticado sem violência física, mesmo que sob grave ameaça.
- E) o colega dela não tiver vínculo familiar com Jair, ainda que saiba da existência de parentesco entre este e aquela.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

36) Assinale a opção correta acerca do processo penal constitucional.

- A) Ninguém será considerado culpado até o seu julgamento em segunda instância.
- B) Permite-se, excepcionalmente, a criação de juízo ou de tribunal especial para julgar crimes graves.
- C) O princípio da inadmissibilidade das provas ilícitas será afastado quando a prova, ainda que obtida por meios ilícitos, for absolutamente necessária para estabelecer a verdade real dos fatos.
- D) O princípio do contraditório constitui corolário do devido processo legal.
- E) Por força do princípio da intranscendência, é terminantemente vedado estender aos sucessores do condenado a obrigação de reparar o dano por ele causado.

37) O inquérito policial é um procedimento

- A) de natureza inquisitiva.

- B) Indispensável.
- C) público em todos os seus atos.
- D) passível de ser presidido pelo Ministério Público.
- E) não oficioso.

38) O inquérito policial

- A) não pode ser iniciado se a representação não tiver sido oferecida e a ação penal dela depender.
- B) é válido somente se, em seu curso, tiver sido assegurado o contraditório ao indiciado.
- C) será instaurado de ofício pelo juiz se tratar-se de crime de ação penal pública incondicionada.
- D) será requisitado pelo ofendido ou pelo Ministério Público se tratar-se de crime de ação penal privada.
- E) é peça prévia e indispensável para a instauração de ação penal pública incondicionada.

39) Em relação às provas, acerca da prova testemunhal, assinale a opção correta.

- A) O juiz não poderá, em qualquer hipótese, ouvir outras testemunhas além daquelas já indicadas pelas partes.
- B) As pessoas que estejam impossibilitadas, por enfermidade ou por velhice, de comparecer para depor serão inquiridas onde estiverem.
- C) Na redação do depoimento, o juiz não é obrigado a cingir-se exatamente às expressões usadas pelas testemunhas, sendo desnecessária a reprodução fiel das suas frases.
- D) O depoimento deverá ser prestado oralmente, vedando-se à testemunha qualquer tipo de consulta a apontamentos.
- E) Se ocorrer dúvida acerca da identidade da testemunha, o juiz deverá suspender a oitiva e intimar outra testemunha.

40) A audiência de custódia deverá ser realizada em até

- A) 48 horas após a transferência do preso para estabelecimento prisional.
- B) 24 horas após o relaxamento da prisão.
- C) 48 horas após a prisão em flagrante.
- D) 24 horas após a prisão em flagrante.
- E) 24 horas após a comunicação da prisão ao advogado do réu.

DIREITO PENAL MILITAR

41) Na aplicação da lei penal militar, o Código Penal Militar adota a teoria

- A) da ubiquidade, pela qual se considera praticado o crime comissivo no lugar onde se desenvolveu a atividade criminosa, no todo ou em parte, e onde o resultado se produziu ou deveria produzir-se.
- B) da atividade, segundo a qual se considera praticado o crime no lugar onde foi realizada a ação criminosa ou, no caso de crime omissivo, onde deveria realizar-se a ação omitida.
- C) mista do lugar do crime, já que se aplica a teoria da ubiquidade aos crimes omissivos e se aplica a teoria da atividade aos crimes comissivos.

D) da extraterritorialidade, uma vez que se aplica a legislação nacional quando o crime é praticado por brasileiro fora do território nacional, desde que o agente não tenha sido julgado pela justiça estrangeira.

E) da territorialidade, pois se aplica a legislação brasileira aos crimes praticados por militar fora do território nacional em tempo de paz, desde que existam convenções ou tratados de direito internacional.

42) Caso hipotético 1A06-I

Suponha que João seja policial e atue disfarçado em atividade de inteligência e que, após suspeitar de ter sido identificado por um traficante perigoso da cidade, convença seus colegas Flávio e Geraldo a matá-lo. Considere, ainda, que, como o traficante servia de fonte imediata de informação a João, para o plano funcionar, Flávio, que não era conhecido do traficante, o tenha atraído para uma emboscada. No local combinado, Geraldo estava a postos com uma arma de fogo ilegal apreendida por João em um flagrante e que não fora devidamente reportada.

Considerando o caso hipotético 1A06-I e supondo ter havido a consumação do crime, assinale a opção correta com fundamento na legislação castrense.

A) Se Hélio for um militar superior aos demais nominados e estiver ciente do plano e da execução do crime, ele será considerado partícipe por omissão no crime de homicídio.

B) Na hipótese de Geraldo ter confundido a vítima e atingido terceiro desavisado, responderá na modalidade dolosa e João, na modalidade culposa.

C) Se Flávio for um militar superior aos demais, será considerado o líder da operação criminosa, o que resulta na aplicação de penalidade mais elevada decorrente dessa condição.

D) Flávio será considerado partícipe de somenos importância.

E) Ainda que não tenha participado dos atos executórios, apenas João incide em elemento que agrava a pena quanto ao concurso de agentes.

43) Segundo o que dispõe o Código Penal Militar (CPM), são previstos(a) como pena principal e a pena acessória respectivamente,

A) a reclusão e a reforma.

B) a prisão e a perda do posto e da patente.

C) a exclusão das Forças Armadas e o impedimento.

D) a indignidade para o oficialato e a incompatibilidade com o oficialato.

E) a suspensão dos direitos políticos e a detenção.

44) Configura crime militar em tempo de paz praticado contra a administração militar a conduta de

I praticar violência contra superior.

II desacatar superior, ofendendo-lhe a dignidade ou o decoro, ou procurando deprimir-lhe a autoridade.

III desobedecer a ordem legal de autoridade militar.

Assinale a opção correta.

A) Apenas o item I está certo.

B) Apenas o item II está certo.

C) Apenas os itens I e III estão certos.

D) Apenas os itens II e III estão certos.

E) Todos os itens estão certos.

45) Para cumprir o serviço militar obrigatório, o convocado selecionado e designado para incorporação ou matrícula que não se apresentar à organização militar que lhe for designada dentro do prazo marcado ou que, tendo-o feito, se ausentar antes do ato oficial de incorporação ou matrícula será declarado

A) desertor.

B) retardatário.

C) insubmisso.

D) refratário.

E) ausente.

DIREITO PROCESSUAL PENAL MILITAR

46) O IPM é o principal instrumento para a coleta de provas e de indícios aptos a subsidiar a opinião delicti do Ministério Público, mas poderá ser dispensado

A) nos crimes em que for cabível a menagem.

B) nos crimes dolosos contra a vida praticados no exercício profissional.

C) nos crimes contra a honra, desde que o autor já esteja identificado e que esses crimes tenham sido praticados por escrito ou publicação.

D) quando já tiver sido aplicada punição administrativa ao investigado.

E) em caso de confissão circunstanciada do investigado.

47) Considere-se que, após o encerramento do inquérito policial militar, o tenente Vieira, subcomandante do 40º Grupamento de Bombeiros Militar do Estado de Rondônia, foi indiciado pela prática do crime militar de constrangimento ilegal, previsto no artigo 222 do Código Penal Militar, contra o soldado Gama.

Em relação à situação hipotética apresentada, é correto afirmar que a ação penal será promovida

A) pelo Ministério Público com atribuição militar, mediante denúncia, perante a Auditoria Militar do Tribunal de Justiça do estado de Rondônia.

B) pelo advogado do querelante, mediante queixa, perante a Auditoria Militar do Tribunal de Justiça do estado de Rondônia.

C) pelo oficial encarregado do inquérito policial militar, mediante denúncia, perante a Auditoria Militar do Tribunal de Justiça do estado de Rondônia.

D) pelo Ministério Público com atribuição militar ou pelo Ministério Público civil, mediante denúncia e de forma concorrente, perante a Auditoria Militar do Tribunal de Justiça do estado de Rondônia.

E) pelo Ministério Público comum ou pela Polícia Judiciária Militar, mediante denúncia, perante a Auditoria Militar do Tribunal de Justiça do estado de Rondônia.

48) A respeito do instituto da menagem, espécie de medida cautelar processual de restrição da liberdade, assinale a opção correta.

A) O tempo de menagem, incluso o que for cumprido na residência do réu, deverá ser contado, em eventual cumprimento de pena.

B) A decretação dessa medida compete ao comando da organização militar onde ela será cumprida.

C) Por se tratar de instituto cautelar exclusivo do direito processual penal militar, a menagem não é aplicável a civis.

D) Independentemente de trânsito em julgado, a sentença condenatória terá como efeito a cessação da menagem.

E) A medida em apreço é obrigatória nos casos de crimes com pena superior a quatro anos em que for cabível a liberdade provisória e o crime tiver sido praticado na unidade militar onde serve o militar réu.

49) Ao constatar a consumação do crime de deserção por parte de praça, a autoridade responsável deverá

A) instaurar, de ofício ou a requerimento do comando, IPM.

B) lavar termo de deserção e encaminhar as diligências necessárias à captura do ausente, independentemente de mandado judicial de prisão.

C) arquivar o procedimento que já tiver sido aberto quando identificada, por escrito, a intenção do desertor de licenciar-se do serviço militar.

D) proceder à contagem dos dias de ausência, a ser iniciada a zero hora do dia seguinte ao da instauração do inquérito.

E) restituir imediatamente à unidade os bens e instrumentos de trabalho de propriedade da organização militar sob posse do ausente, independentemente de auto de inventário.

LEGISLAÇÃO PENAL EXTRAVAGANTE

50) Conforme a legislação pertinente, considere-se crime hediondo

A) o favorecimento da exploração sexual de pessoas adultas.

B) o estupro de vulnerável tentado.

C) a lesão corporal dolosa de natureza grave.

D) o sequestro.

E) a extorsão simples.

51) Em caso de membro do Poder Legislativo eleito para mandato legislativo praticar conduta descrita em lei como abuso de autoridade,

A) a conduta do sujeito não poderá ser enquadrada na Lei de Abuso de Autoridade, porquanto esta alcança apenas o servidor público.

B) o sujeito poderá ser enquadrado na Lei de Abuso de Autoridade, mediante requisição do ministro da Justiça.

C) o parlamentar estará sujeito aos ditames da Lei de Abuso de Autoridade, como qualquer outro servidor público.

D) o sujeito não se submeterá à Lei de Abuso de Autoridade, em razão de prerrogativa de função.

E) o parlamentar estará sujeito à Lei de Abuso de Autoridade, desde que haja representação do ofendido.

52) Nos crimes previstos na Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989 – que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor –, constitui efeito da condenação a perda do cargo ou função pública, para o servidor público, e a suspensão do funcionamento do estabelecimento particular envolvido por prazo não superior a:

A) 1 mês.

B) 1 ano.

C) 6 meses.

D) 3 meses.

53) Conforme a Lei Maria da Penha, caracteriza forma específica de violência doméstica e familiar contra a mulher

A) a retenção de seus documentos pessoais, o que constitui violência patrimonial.

B) conduta que a impeça de usar método contraceptivo, o que constitui violência moral.

C) a destruição de seus objetos e instrumentos de trabalho, o que constitui violência física.

D) conduta que limite o exercício de seus direitos sexuais, o que constitui violência psicológica.

E) conduta que a faça participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação ou ameaça, o que constitui violência moral.

LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL

54) Sobre a organização básica e fixa do efetivo da Polícia Militar do Pará – PMPA (Lei Complementar 053/06), podemos afirmar que a PMPA:

A) é uma instituição temporária.

B) é uma força auxiliar e reserva do exército, sendo órgão da administração direta do Estado.

C) é subordinado ao Governado Federal.

D) é vinculada à Secretaria da fazenda.

E) possui como função principal a de polícia preventiva.

55) É possível, nas situações previstas em lei, a convocação do Policial Militar da Reserva

Remunerada para o serviço ativo. Em havendo essa convocação, o ato é praticado pelo:

- A) Comandante geral da PMPA.
- B) Diretor de Pessoal da PMPA.
- C) Chefe do Núcleo de Voluntários da Reserva Remunerada.
- D) Governador do Estado do Pará.
- E) Secretário de Segurança Pública do Pará.

56) De acordo com o Código de Ética e Disciplina da Polícia Militar do Pará, assinale a opção correta.

- A) A camaradagem é dispensável à formação e ao convívio da família policial-militar, devendo existir as melhores relações sociais entre os policiais militares.
- B) A incompatibilidade para com o cargo é a habilitação ao exercício funcional decorrente do preparo técnico-profissional.
- C) As demonstrações de camaradagem, cortesia e consideração, obrigatórias entre os policiais militares, devem ser indispensáveis aos militares das Forças Armadas e aos policiais e bombeiros militares de outras corporações.
- D) A honra pessoal do policial-militar é o dever de pautar sua conduta com correção de atitudes, como um profissional correto.
- E) A Deontologia Policial-Militar reúne valores úteis, lógicos e razoáveis, destinados a elevar a profissão policial-militar à condição de missão.

57) De acordo com a Lei Complementar 142/21, são considerados dependentes do militar, desde que assim declarados por ele na organização militar competente:

- A) o filho estudante menor de 24 anos de idade que receba rendimentos;
- B) O pai do militar, mesmo que seja independente financeiramente.
- C) menor de 18 anos de idade que viva sob a sua guarda por decisão judicial.
- D) o cônjuge, mesmo separado.
- E) o tutelado independente.

58) De acordo com a Lei 6.626/04, são requisitos para a inscrição ao concurso, exceto:

- A) ser brasileiro;
- B) ter até 35 anos para o concurso ao Curso de Adaptação de Oficiais;
- C) ter altura mínima de 1,70 m, se homem, e de 1,60 m, se mulher;
- D) estar em pleno exercício dos direitos políticos;
- E) gozar de saúde física e mental;

DIREITOS HUMANOS

59) No Brasil, após a promulgação da Emenda Constitucional n.º 45/2004, os tratados relativos aos direitos humanos aprovados na forma prevista são equivalentes às

- A) leis complementares.
- B) emendas constitucionais.
- C) leis ordinárias.

- D) garantias individuais e coletivas.
- E) normas de direito fundamental.

60) O Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos

- A) veda a escravidão e os trabalhos forçados ou obrigatórios, sem qualquer ressalva.
- B) estabelece o ne bis in idem e a presunção de inocência, sem, contudo, referenciar o duplo grau de jurisdição.
- C) impõe a designação de defensor de ofício para assistir o acusado sempre que o interesse da justiça o exigir.
- D) permite que os Estados-membros proíbam, arbitrariamente, a entrada de qualquer pessoa, ainda que natural do país, em seu território.
- E) dispõe expressamente sobre a proibição da tortura.

GARANTA O PACOTE COMPLETO COM **50% OFF**: [CLIQUE AQUI AGORA!](#)

Questões Comentadas

PORTUGUÊS

Texto CB1A1-I

1 É impressionante como, em nosso tempo, somos
contraditórios no que diz respeito aos direitos humanos.
Em comparação a eras passadas, chegamos a um máximo
4 de racionalidade técnica e de domínio sobre a natureza,
o que permite imaginar a possibilidade de resolver grande
número de problemas materiais do homem, quem sabe,
7 inclusive, o da alimentação.

No entanto, a irracionalidade do comportamento
é também máxima, servida frequentemente pelos mesmos
meios que deveriam realizar os desígnios da racionalidade.
10 Assim, com a energia atômica, podemos, ao mesmo tempo,
gerar força criadora e destruir a vida pela guerra; com incrível
12 progresso industrial, aumentamos o conforto até alcançar
níveis nunca sonhados, mas excluímos dele as grandes
massas que condenamos à miséria; em muitos países,
16 quanto mais cresce a riqueza, mais aumenta a péssima
distribuição dos bens. Portanto, podemos dizer que os
mesmos meios que permitem o progresso podem provocar
19 a degradação da maioria.

Na Grécia antiga, por exemplo, teria sido impossível
pensar em uma distribuição equitativa dos bens materiais,
22 porque a técnica ainda não permitia superar as formas brutais
de exploração do homem, nem criar abundância para todos.
Em nosso tempo, é possível pensar nisso, mas o fazemos
25 relativamente pouco. Essa insensibilidade nega uma das
linhas mais promissoras da história do homem ocidental,
aquela que se nutriu das ideias amadurecidas no correr
28 dos séculos XVIII e XIX.

Essas ideias abriram perspectivas que pareciam
levar à solução dos problemas dramáticos da vida em
31 sociedade. E, de fato, durante muito tempo, acreditou-se que,
removidos uns tantos obstáculos, como a ignorância e os
sistemas despóticos de governo, as conquistas do progresso
34 seriam canalizadas no rumo imaginado pelos utopistas, porque
a instrução, o saber e a técnica levariam, necessariamente,
à felicidade coletiva. Contudo, mesmo onde esses obstáculos
37 foram removidos, a barbárie continuou entre os homens,
embora não mais se ache normal o seu elogio, como se todos
soubessem que ela é algo a ser ocultado e não proclamado.

Antonio Candido. *Vários escritos*. 3ª ed. rev. e ampl.
São Paulo: Duas Cidades, 1995, p. 169-70 (com adaptações).

- 01) Sem alteração dos sentidos do texto CB1A1-I, o vocábulo “equitativa” (l.21) poderia ser substituído por**
- A) ampla.
 - B) qualitativa.
 - C) divergente.
 - D) uniforme.
 - E) imediata.

Comentário:

Para substituir a palavra “equitativa”, é necessário escolher um termo sinônimo ou que carregue um significado similar. O termo “equitativo” geralmente refere-se a algo que é distribuído de maneira justa e imparcial. Então, entre as opções dadas, a palavra “uniforme” pode ser a mais apropriada, pois sugere uma distribuição ou aplicação constante e igual.

Portanto, a resposta correta seria:
D) uniforme

Gabarito: Letra D.

- 02) Cada uma das opções a seguir apresenta uma proposta de reescrita para o segmento “a instrução, o saber e a técnica levariam, necessariamente, à felicidade coletiva” (l. 35 e 36), do texto CB1A1-I. Assinale a opção em que a proposta indicada mantém os sentidos e a correção gramatical do texto.**

- A) a instrução, o saber e a técnica motivariam, necessariamente, à felicidade coletiva.
- B) a instrução, o saber e a técnica implicariam, necessariamente, à felicidade coletiva.
- C) a instrução, o saber e a técnica chegariam, necessariamente, à felicidade coletiva.
- D) a instrução, o saber e a técnica conduziram, necessariamente, a felicidade coletiva.

E) a instrução, o saber e a técnica proporcionariam, necessariamente, a felicidade coletiva.

Comentário:

A) a instrução, o saber e a técnica **motivariam** (VTD), necessariamente, ~~a~~ felicidade coletiva.

O verbo “motivariam” é transitivo direto. Sendo assim, não exige preposição a.

B) a instrução, o saber e a técnica **implicariam** (VTD – Sentido de Acarretar), necessariamente, ~~a~~ felicidade coletiva.

O verbo “implicar” no sentido de acarretar é transitivo direto. Sendo assim, não exige preposição a.

C) a instrução, o saber e a técnica chegariam, necessariamente, à felicidade coletiva.

A regência está correta, no entanto, o verbo chegar não possui relação semântica com o verbo levar.

D) a instrução, o saber e a técnica **conduziriam**, necessariamente, ~~a~~ à felicidade coletiva.

O verbo “conduzir” exige preposição a, sendo assim, era para ter uma crase. (a + a felicidade = à felicidade).

E) Correta.

Gabarito: Letra E.

03) De acordo com o texto CB1A1-I, o progresso

A) gera maior distribuição dos bens

B) perpetua a felicidade coletiva.

C) causa a degradação da humanidade.

D) prolonga a barbárie entre os homens.

E) produz força criadora.

Comentário:

O texto sugere que o progresso técnico e industrial tem o potencial para criar força criadora, resolver problemas materiais do homem, e aumentar o conforto, contudo, também tem o potencial para destruir a vida pela guerra, excluir grandes massas e provocar a degradação da maioria. Portanto, sim, a alternativa:

E) produz força criadora.

É correta pois o texto indica que o progresso pode de fato produzir "força criadora", mas também abordou as consequências negativas do progresso.

Gabarito: Letra E.

04) No texto CB1A1-I, a forma pronominal presente na contração “nisso” (l.24) refere-se a

A) “uma distribuição equitativa dos bens materiais” (l.21).

B) “superar as formas brutais de exploração do homem” (l. 22 e 23).

C) “criar abundância para todos” (l.23).

D) “Essa insensibilidade” (l.25).

E) “ideias amadurecidas no correr dos séculos XVIII e XIX” (l. 27 e 28).

Comentário:

Na Grécia antiga, por exemplo, teria sido impossível **pensar em uma distribuição equitativa dos bens materiais**, porque a técnica ainda não permitia superar as formas brutais de exploração do homem, nem criar abundância para todos. Em nosso tempo, é possível pensar **nisso**, mas o fazemos relativamente pouco. Essa insensibilidade nega uma das linhas mais promissoras da história do homem ocidental, aquela que se nutriu das ideias amadurecidas no correr 28 dos séculos XVIII e XIX.

No texto, a palavra "nisso" em "Em nosso tempo, é possível pensar nisso," refere-se a "uma distribuição equitativa dos bens materiais," mencionada anteriormente no texto. Portanto, a opção correta seria:

A) “uma distribuição equitativa dos bens materiais” (l.21).

Gabarito: Letra A.

05) A correção gramatical e a coerência do texto CB1A1-I seriam mantidas se a expressão “No entanto” (l.8) fosse substituída por

- A) Embora
- B) Nesse sentido.
- C) Ainda assim.
- D) Logo.
- E) Sobretudo.

Comentário:

No entanto, a irracionalidade do comportamento é também máxima, servida frequentemente pelos mesmos 10 meios que deveriam realizar os desígnios da racionalidade. Assim, com a energia atômica, podemos, ao mesmo tempo, gerar força criadora e destruir a vida pela guerra; com incrível 13 progresso industrial, aumentamos o conforto até alcançar níveis nunca sonhados, mas excluímos dele as grandes massas que condenamos à miséria;

A expressão “No entanto” é usada para indicar contraste ou oposição a uma ideia apresentada anteriormente. Das opções dadas, a expressão “**Ainda assim**” também pode ser usada para indicar contraste ou concessão e manter a coerência e a correção gramatical do texto.

Gabarito: Letra C.

06) No texto CB1A1-I, o trecho “quanto mais cresce a riqueza, mais aumenta a péssima distribuição dos bens” (l. 16 e 17) expressa uma relação de

- A) comparação.
- B) oposição.
- C) proporcionalidade.
- D) conformidade.
- E) alternância.

Comentário:

O trecho “**quanto mais** cresce a riqueza, **mais** aumenta a péssima distribuição dos bens” (l. 16 e 17) expressa uma relação de **proporcionalidade**, mostrando que à medida que uma variável (a riqueza) aumenta, a outra variável (a péssima distribuição dos bens) também aumenta.

Gabarito: Letra C.

07) Cada uma das opções a seguir apresenta uma proposta de reescrita que altera o seguinte trecho do texto CB1A1-I: “o que permite imaginar a possibilidade de resolver grande número de problemas materiais do homem, quem sabe, inclusive, o da alimentação” (l. 5 a 7). Assinale a opção em que a proposta apresentada mantém a correção e os sentidos originais do texto.

- A) o que permite imaginar a possibilidade de resolver grande número de problemas materiais do homem: quem sabe, inclusive, o da alimentação.
- B) permitindo imaginar a possibilidade de resolver grande número de problemas materiais do homem; quem sabe, inclusive, o da alimentação.
- C) o que permite imaginar a possibilidade de resolver grande número de problemas materiais do homem — quem sabe, inclusive, o da alimentação.
- D) o que permite imaginar a possibilidade de resolver grande número de problemas materiais, do homem quem sabe, inclusive, o da alimentação.
- E) permitindo imaginar a possibilidade de resolver grande número de problemas materiais do homem quem sabe, inclusive, o da alimentação.

Comentário:

A substituição da vírgula pelo travessão no final da frase manteria o sentido da frase (vejam que ela tem natureza de reforçar a ideia do autor).

OBS: Em frases de natureza explicativa e orações coordenadas, as trocas são equivalentes, sem mudar o sentido da frase.

Peguei esse macete de um colega aqui e é bem útil.

Gabarito: Letra C.

08) Conforme o texto CB1A1-I, a humanidade atingiu sua capacidade máxima de

- A) A respeito aos direitos humanos.
- B) racionalidade técnica.
- C) resolução de todos os problemas materiais do homem.
- D) padronização do comportamento.
- E) E produção de alimentos.

Comentário:

O texto menciona que, comparado com eras passadas, o atual nível de “racionalidade técnica” e domínio sobre a natureza atingiu um ponto máximo. Então, a alternativa B) é a que mais se alinha com as informações do texto, pois este não afirma que a humanidade atingiu sua capacidade máxima em respeito aos direitos humanos, resolução de todos os problemas materiais do homem, padronização do comportamento ou produção de alimentos.

Gabarito: Letra B.

09) No texto CB1A1-I, indica o momento da produção textual a expressão

- A) “em nosso tempo” (R.1).
- B) “eras passadas” (R.3).
- C) “ao mesmo tempo” (R.11).
- D) “séculos XVIII e XIX” (R.28).
- E) “durante muito tempo” (R.31).

Comentário:

A expressão “em nosso tempo” (Alternativa A) indica o momento da produção textual. Refere-se ao presente em relação ao momento em que o autor está escrevendo, contrastando com referências a momentos passados mencionados no texto, como “eras passadas” e “séculos XVIII e XIX”.

Gabarito: Letra A.

10) Assinale a opção que apresenta o tema central do texto CB1A1-I.

- A) “somos contraditórios no que diz respeito aos direitos humanos” (l. 1 e 2)
- B) “chegamos a um máximo de racionalidade técnica e de domínio sobre a natureza” (l. 3 e 4)
- C) “a irracionalidade do comportamento é também máxima” (l. 8 e 9)
- D) “as conquistas do progresso seriam canalizadas no rumo imaginado pelos utopistas” (l. 33 e 34)
- E) “a barbárie continuou entre os homens” (l. 37)

Comentário:

O tema central do texto CB1A1-I pode ser identificado na alternativa A, que cita “somos contraditórios no que diz respeito aos direitos humanos”.

Isso porque o texto aborda a ideia de que, apesar dos avanços técnicos e da racionalidade atingida pela humanidade, ainda existem contradições significativas em relação ao comportamento humano e aos direitos humanos, mostrando uma coexistência de progresso técnico e irracionalidade comportamental.

Essa contradição é evidenciada em diferentes aspectos ao longo do texto, como a relação entre criação e destruição, conforto e exclusão, riqueza e má distribuição de bens.

Gabarito: Letra A.

INFORMÁTICA

11) Assinale a opção que apresenta o código malicioso que é projetado para permitir o retorno e o acesso de um invasor a um equipamento comprometido anteriormente, por meio da inclusão de serviços criados ou modificados.

- A) backdoor.
- B) vírus.
- C) worm.
- D) cavalo de Troia.
- E) ransomware.

Comentário:

A) **Backdoor** é a opção correta. Um backdoor é, efetivamente, uma "porta dos fundos" que permite o acesso de um invasor a um sistema ou aplicativo, normalmente bypassando os sistemas de autenticação normais. Esta técnica pode ser usada para garantir acesso futuro a um sistema comprometido.

B) **Vírus** são softwares maliciosos que se propagam infectando programas, sistemas ou documentos. Eles necessitam de um hospedeiro e de alguma ação do usuário (como abrir um arquivo infectado) para se propagar.

C) **Worm** é um tipo de malware que se propaga automaticamente, sem a necessidade de interação do usuário, muitas vezes se espalhando por redes.

D) **Cavalo de Troia** é um programa que se disfarça de algo legítimo, mas traz consigo um código malicioso. Não cria uma porta de acesso direta como o backdoor.

E) **Ransomware** é um tipo de malware que restringe o acesso ao sistema infectado e cobra um resgate para que o acesso possa ser restabelecido.

Portanto, **backdoor** é a única opção que se refere especificamente à criação ou modificação de serviços para permitir o retorno e o acesso de um invasor a um sistema comprometido.

Gabarito: Letra A.

12) O recurso do Google Chrome que permite aos usuários sincronizar as informações de agenda, email e contatos das contas de dispositivos móveis no computador é o

- A) Google Sync.
- B) Favoritos.
- C) Modo anônimo.
- D) Modo de navegação segura.
- E) Controle de guias.

Comentário:

A) **Google Sync** é a opção **correta**. Esse recurso permite aos usuários sincronizar suas informações de agenda, email, contatos, favoritos, e outras configurações entre diferentes dispositivos.

B) **Favoritos** é um recurso que permite aos usuários marcar páginas da web específicas para acesso fácil e rápido no futuro, mas não sincroniza email, agenda ou contatos.

C) **Modo anônimo** é um recurso que permite aos usuários navegar na internet sem armazenar informações sobre os sites e páginas visitadas.

D) **Modo de navegação segura** não é um recurso específico do Chrome. O Navegador Google Chrome possui um recurso chamado Navegação Segura que protege os usuários ao mostrar avisos antes de eles visitarem sites perigosos ou baixarem arquivos perigosos, mas não é um modo de navegação.

E) **Controle de guias** refere-se à capacidade de abrir, fechar e gerenciar múltiplas abas de navegação dentro do navegador, mas não sincroniza informações entre dispositivos.

Portanto, **Google Sync** é o recurso que permite sincronizar informações entre dispositivos móveis e computadores.

Gabarito: Letra A.

13) A figura precedente representa tabela editada no MS Excel, referente a contratos de rodovias com pedágio no estado de Mato Grosso.

	A	B	C	D	E
1	Rodovias Pedagiadas				
2	Nº	Contrato	Concessionária	Trecho / Objeto	Data de Assinatura
3	1	001/2010/00/00/ASJU	Rodovia da Mudança	MT-449/010/388	15/12/2010
4	2	002/2010/00/00/ASJU	INTERVIAS	MT-242	15/12/2010
5	3	003/2010/00/00/ASJU	APASI	MT-242/MT-491	15/12/2010
6	4	004/2010/00/00/ASJU	SPS	MT-140/MT-235	15/12/2010
7	5	001/2011/00/00/ASJU	Morro da Mesa	MT-130	15/07/2011
8					
9	Total de Contratos				

Considerando a figura apresentada, é correto afirmar que, para que a quantidade de contratos que foram assinados no dia 15/12/2010 seja exibida na célula C9, o usuário deverá inserir, na célula, a fórmula

A) =SOMA(E3:E7;"15/12/2010").

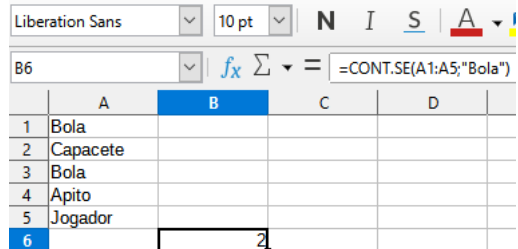
B) =CONT.SE(E3:E7;"15/12/2010").

C) =CONT(E3:E7;"15/12/2010").

D) =CONT.VALORES(E3:E7;="*2010").

E) =TOTAL(E3:E7;="*2010").

Comentário:

CONT.SE	Contam os argumentos que obedecem às condições definidas.	 Será contado a quantidade de vezes que aparece a palavra bola, no caso, 2.

Gabarito: Letra B.

14) No Outlook, é possível enviar cópias de uma mensagem de email para outros endereços, sem que o destinatário inicial saiba quem recebeu as cópias da mesma mensagem. Para executar essa ação, o usuário deve selecionar, no campo de destinatário, a opção

A) Contatos.

B) Para.

C) Cc.

D) Cco.

E) Agendar enviar e-mail.

Comentário:

A) **Contatos:** Refere-se aos endereços de e-mail que estão na lista de contatos do usuário, não sendo uma opção de envio de e-mail.

B) **Para:** Este é o campo onde você coloca o endereço de e-mail do destinatário principal da mensagem.

C) **Cc** (Carbon Copy): Permite enviar cópias da mensagem a outros destinatários. No entanto, todos os destinatários (tanto os do campo "Para" quanto os do campo "Cc") podem ver para quem mais a mensagem foi enviada.

D) **Cco** (Cópia Carbono Oculta ou Bcc - Blind Carbon Copy em inglês): Este é o campo correto para enviar cópias da mensagem sem que os outros destinatários vejam para quem mais a mensagem foi enviada. Portanto, se você quer que o destinatário principal não veja quem recebeu as cópias, você deve usar "Cco".

E) **Agendar enviar e-mail**: Isso se refere a configurar um e-mail para ser enviado em um horário futuro específico, e não tem relação com o envio de cópias ocultas de uma mensagem.

Portanto, a opção correta é **Cco**, pois permite enviar cópias da mensagem sem revelar os destinatários adicionais.

Gabarito: Letra D.

15) No Google Chrome, o usuário pode adicionar aos Favoritos as páginas web frequentemente visitadas. Assinale a opção que apresenta o comando por meio do qual essa ação pode ser executada.

- A) Ctrl + Shift + N.
- B) Ctrl + F.
- C) Ctrl + Shift + I.
- D) Ctrl + D.
- E) Ctrl + J.

Comentário:

A) **Ctrl + Shift + N**: Abre uma nova janela de navegação anônima no Google Chrome.

B) **Ctrl + F**: Abre a barra de pesquisa para encontrar palavras ou frases na página atual.

C) **Ctrl + Shift + I**: Abre as Ferramentas do Desenvolvedor, usadas principalmente para depuração e desenvolvimento web.

D) **Ctrl + D**: Este é o comando **correto** para adicionar a página atual aos Favoritos ou marcadores no Google Chrome.

E) **Ctrl + J**: Abre a página de Downloads, onde você pode ver os arquivos que baixou através do navegador.

Portanto, para adicionar uma página aos favoritos no Google Chrome, a opção correta é a tecla de atalho **Ctrl + D**.

Gabarito: Letra D.

RACIOCÍNIO LÓGICO

16) Considerando que P, Q e R representem proposições lógicas simples, assinale a opção que expressa corretamente a seguinte proposição: A beleza esplendorosa da lua inspira todos os apaixonados como o mar cristalino inspira os mais belos sentimentos nos navegadores.

- A) P
- B) $P \vee Q$
- C) $P \wedge Q$
- D) $P \wedge (Q \wedge R)$
- E) $P \rightarrow Q$

Comentário:

Sinônimos de "se ... então ...": Quando, como, sempre, desde que, pois

Se o conectivo "como" está sendo utilizado no sentido de uma condicional, então você pode representar a proposição da seguinte forma:

Se a beleza esplendorosa da lua inspira todos os apaixonados (P), então o mar cristalino inspira os mais belos sentimentos nos navegadores (Q).

Usando a notação de lógica proposicional, isso seria representado como $P \rightarrow Q$, onde:

P: A beleza esplendorosa da lua inspira todos os apaixonados.

Q: O mar cristalino inspira os mais belos sentimentos nos navegadores.

Portanto, se considerarmos o conectivo "como" como uma condicional, a resposta certa seria:

- E) $P \rightarrow Q$

Gabarito: Letra E.

17) O número de linhas da tabela-verdade associada à proposição “Você me acha linda porque você gosta de mim” é igual a

- A) 4.
 - B) 8.
 - C) 16.
 - D) 32.
 - E) 64.
-

Comentário:

Para construir uma tabela-verdade, você precisa considerar todas as combinações possíveis de verdadeiras (V) e falsas (F) para cada proposição simples na proposição composta. O número de linhas em uma tabela-verdade é 2^n , onde n é o número de proposições simples distintas.

Na proposição “Você me acha linda porque você gosta de mim”, temos duas proposições simples:

P: Você me acha linda.

Q: Você gosta de mim.

Portanto, temos $n = 2$ proposições simples distintas. Logo, o número de linhas da tabela-verdade associada a esta proposição é: $2^2 = 4$

Portanto, a resposta correta é a alternativa A) 4.

Gabarito: Letra A.

18) Assinale a opção em que é corretamente apresentada uma negação da proposição “Todos os contratos foram celebrados em data anterior a 1.º/11/2022”.

- A) Há contratos celebrados em data posterior a 1.º/11/2022.
 - B) Todos os contratos foram celebrados em data posterior a 1.º/11/2022.
 - C) Há contratos que não foram celebrados em data posterior a 1.º/11/2022.
 - D) Há contratos que não foram celebrados em data anterior a 1.º/11/2022.
 - E) Nenhum contrato foi celebrado em data anterior a 1.º/11/2022.
-

Comentário:

Negação dos quantificadores:

Todo → troco o Todo por Algum e nego o verbo.

Algum → troco por nenhum.

Nenhum → troco por algum.

Para negar a proposição universal “Todos os contratos foram celebrados em data anterior a 1.º/11/2022”, basta encontrar um caso onde isso não é verdade.

Portanto, a forma correta de negar essa proposição seria dizer que há pelo menos um contrato que não foi celebrado em data anterior a 1.º/11/2022. Assim, a resposta correta é de fato:

D) Há contratos que não foram celebrados em data anterior a 1.º/11/2022.

Gabarito: Letra D.

19) Ao realizar uma checagem sobre 36 dossiês de contratos de concessão de créditos, um auditor verificou que havia 4 dossiês sem registro da data de emissão dos RG dos clientes, 5 sem cópia anexada dos RG, e 2, tanto sem a data de emissão dos RG quanto sem cópia anexada dos RG. Nessa situação, o número de dossiês que não apresentaram nenhum dos problemas citados é igual a

- A) 9.
- B) 11.
- C) 25.
- D) 27.
- E) 29.

Comentário:

Para resolver este problema, vamos usar o Princípio da Inclusão-Exclusão, que nos ajuda a encontrar a contagem de elementos em uniões de conjuntos.

Temos três tipos de problemas:

Dossiês sem registro da data de emissão dos RGs: 4

Dossiês sem cópia anexada dos RGs: 5

Dossiês com ambos os problemas: 2

Podemos pensar nos dossiês que têm ambos os problemas como uma interseção entre os dossiês sem registro da data e os dossiês sem cópia anexada. Portanto, se queremos encontrar o número total de dossiês com pelo menos um problema, usamos a fórmula: $|A \cup B| = |A| + |B| - |A \cap B|$

onde:

$|A \cup B|$ é o número total de dossiês com pelo menos um problema

$|A|$ é o número de dossiês sem registro da data de emissão dos RGs

$|B|$ é o número de dossiês sem cópia anexada dos RGs

$|A \cap B|$ é o número de dossiês com ambos os problemas

Substituindo os valores dados, temos: $|A \cup B| = 4 + 5 - 2 = 7$

Então, temos 7 dossiês com pelo menos um problema. Como temos um total de 36 dossiês, o número de dossiês que não apresentaram nenhum dos problemas citados é: $36 - 7 = 29$

Portanto, a resposta correta é:

- E) 29.

Gabarito: Letra E.

20) Assinale a opção que apresenta corretamente uma negação da proposição “Se nunca foi campeão da Champions League, seu time é muito ruim”.

- A) Se sempre foi campeão da Champions League, seu time é muito bom.
- B) Se nunca foi campeão da Champions League, seu time não é muito ruim.
- C) Se seu time não é muito ruim, ele sempre foi campeão da Champions League.
- D) Nunca foi campeão da Champions League, mas seu time não é muito ruim.
- E) Mesmo seu time sendo muito bom, ele nunca será campeão da Champions League.

Comentário:

Para negar uma proposição condicional $p \rightarrow q$ (“Se p, então q”), você deve formular a proposição $p \wedge \neg q$ (“p e não q”). Então, para negar a proposição “Se nunca foi campeão da Champions League, seu time é muito ruim”, temos:

“Nunca foi campeão da Champions League” é a proposição p.

“Seu time é muito ruim” é a proposição q.

A negação correta da proposição dada seria “Nunca foi campeão da Champions League e seu time não é muito ruim”.

Portanto, a resposta correta é:

D) Nunca foi campeão da Champions League, mas seu time não é muito ruim.

Gabarito: Letra D.

DIREITO CONSTITUCIONAL

21) Art. 5.º. (...) LVIII – o civilmente identificado não será submetido a identificação criminal, salvo nas hipóteses previstas em lei;

Art. 18. (...) § 1.º Brasília é a Capital Federal.

Art. 153. Compete à União instituir impostos sobre: (...)

VII – grandes fortunas, nos termos de lei complementar.

Brasil. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília – DF: Senado Federal, 1988.

Quanto ao grau de eficácia, as normas constitucionais precedentes classificam-se, respectivamente, como de eficácia

- A) programática, plena e contida.
- B) limitada, plena e contida.
- C) contida, limitada e plena.
- D) plena, contida e limitada.
- E) contida, plena e limitada.

Comentário:

CF/88. Art. 5.º. (...) LVIII – o civilmente identificado não será submetido a identificação criminal, salvo nas hipóteses previstas em lei; (Norma de Eficácia **Contida**)

CF/88. Art. 18. (...) § 1.º Brasília é a Capital Federal. (Norma de Eficácia **Plena**)

CF/88. Art. 153. Compete à União instituir impostos sobre: (...)

VII – grandes fortunas, nos termos de lei complementar. (Norma de Eficácia **Limitada**)

Aplicabilidade das Normas Constitucionais
* Normas de Eficácia Plena *
- Normas que possuem aplicabilidade imediata, direta e integral ;
- Não precisam de lei posterior para gerar seus efeitos;
- Seus efeitos são produzidos a partir da vigência da Constituição ;
- O legislador não pode contê-las.
* Normas de Eficácia Contida (Redutível, prospectiva ou plena restringível) *
- Normas com aplicabilidade imediata, direta e restringível ;
- Não precisam de lei posterior para gerar seus efeitos;
- Seus efeitos são produzidos a partir da vigência da Constituição ;
- São normas que podem ser contidas ou restringidas .
Exemplos: Art. 5º, VIII, XII, XIII, XXII, LVIII, LX, LXI (parte final);
* Normas de Eficácia limitada, mediata, reduzida, mínima diferida ou relativa complementável *
- Normas constitucionais que dependem de atuação posterior do poder público ;
- Possuem forma mediata, diferida, ainda limitada ;
- Possuem eficácia jurídica;
- Dividem-se em: Princípios institutivos ou organizativos: Consiste na criação de instituições, órgãos e entidades por meio do Poder Constituinte Originário, sendo possível a estruturação definitiva, mediante normas infraconstitucionais. Impositivas; Facultativas ou permissivas;

Princípios programáticos: Normas que traçam **objetivos de finalidade pública** a serem alcançados pelo Estado. Além de **comandos-regras**, são consideradas normas de **comando-valores**.

As normas de **eficácia limitada produzem imediatamente**, desde a promulgação da Constituição, dois tipos de **efeitos**:

i) **efeito negativo**: Ocorre quando a norma de eficácia limitada tem o efeito de revogar dispositivos e normas que são contraditórios ao seu comando.

ii) **efeito vinculativo**: O poder legislativo tem por obrigação criar as leis regulamentadoras..

Gabarito: Letra E.

22) Ao tratar dos princípios fundamentais, a CF estabelece, em seu art. 1.º,

A) a forma republicana de Estado, cláusula pétrea expressa, caracterizada pela eletividade, temporariedade e responsabilidade do governante.

B) a forma republicana de governo, caracterizada pela eletividade, temporariedade e responsabilidade do governante.

C) a forma federativa de Estado, cláusula pétrea implícita, caracterizada pela tripartição dos poderes da União.

D) a forma federativa de Estado e o sistema presidencialista de governo.

E) a forma republicana de governo e a forma federativa de Estado, cláusulas pétreas expressas.

Comentário:

Letra A: Errada.

A Forma Federativa é que possui previsão expressa no rol e Cláusulas Pétreas.

CF/88, Art. 60. § 4º **Não** será objeto de deliberação a proposta de emenda **tendente a abolir**:

I - a **forma federativa de Estado**;

II - o voto **direto, secreto, universal e periódico**;

III - a **separação dos Poderes**;

IV - os **direitos e garantias individuais**.

Letra B: Correta.

CF/88. Art. 1º A **República (Forma de Governo) Federativa do Brasil**, formada pela união **indissolúvel** dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em **Estado Democrático de Direito** e tem como **fundamentos**:

A República é uma forma de governo em que há uma participação direta do povo na escolha dos governantes.

Letra C: Errada.

A Forma Federativa possui previsão **expressa** no rol e Cláusulas Pétreas.

Letra D: Errada.

O Art.1º da CF não prevê o sistema de governo.

Letra E: Errada.

A Forma Republicana de Governo não possui previsão expressa no rol e Cláusulas Pétreas.

Gabarito: Letra B.

23) A Constituição Federal de 1988 garante, entre outros direitos e garantias fundamentais, que

A) a manifestação do pensamento é livre, sendo garantido o direito ao anonimato.

B) ninguém será privado de direitos por motivo de convicções filosóficas, políticas ou religiosas, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta.

C) a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem o consentimento do morador, salvo por determinação judicial, a qualquer hora do dia ou da noite.

D) todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, desde que seja concedida permissão por autoridade competente.

E) os autores de inventos industriais terão privilégio de caráter permanente para sua utilização, haja vista a promoção do desenvolvimento tecnológico do país.

Comentário:

Letra A: Errada.

CF/88. Art. 5. IV. É **livre** a manifestação do pensamento, sendo **vedado o anonimato**;

Letra B: Correta.

CF/88. Art. 5. VIII. Ninguém será privado de direitos por motivo de **crença religiosa** ou de **convicção filosófica** ou **política**, salvo se as invocar para **eximir-se de obrigação legal** a todos imposta e **recusar-se** a cumprir prestação alternativa, fixada em lei (**Norma de eficácia Contida**);

Letra C: Errada.

CF/88. Art. 5. XI. A casa é **asilo inviolável** do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar **sem** consentimento do morador, salvo em caso de **flagrante delito** ou **desastre**, ou para **prestar socorro**, ou, durante o **dia**, por **determinação judicial**;

Letra D: Errada.

CF/88. Art. 5. XVI. Todos podem reunir-se **pacificamente**, **sem armas**, em **locais abertos** ao público, **independentemente** de **autorização**, desde que **não frustrem** outra **reunião** anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido **prévio aviso** à autoridade competente;

Letra E: Errada.

CF/88. Art. 5. XXIX. A lei assegurará aos autores de inventos industriais **privilégio temporário** para sua utilização, bem como proteção às criações industriais, à propriedade das marcas, aos nomes de empresas e a outros signos distintivos, tendo em vista o interesse social e o desenvolvimento tecnológico e econômico do País;

Gabarito: Letra B.

24) É privativo de brasileiro nato, segundo a CF, o cargo de

A) juiz de direito.

B) oficial das Forças Armadas.

C) delegado da Polícia Federal.

D) deputado estadual.

E) governador de estado.

Comentário:

Cargos Privativos de Brasileiros Natos
-Ministro do STF; -Presidente e Vice da República; -Presidente do Senado; -Presidente da Câmara dos Deputados; -Carreiras Diplomáticas; -Oficial das Forças Armadas; -Ministro do Estado de Defesa.
Mnemônico: MP3.COM

Gabarito: Letra B.

25) Na Federação brasileira, os estados

A) detêm soberania frente às decisões da União.

- B) podem organizar-se livremente por meio de Constituição estadual, dispensada de observar as regras da Constituição Federal.
C) possuem a mesma estrutura de Poderes que os municípios.
D) têm Poder Legislativo organizado de forma bicameral, com dois órgãos legislativos, tal qual a União.
E) podem, apesar da autonomia municipal, intervir nos municípios, em algumas circunstâncias.

Comentário:

Letra A: Errada.

Quem possui soberania é a República Federativa do Brasil.

Letra B: Errada.

CF/88. Art. 25. Os **Estados** organizam-se e regem-se pelas **Constituições** e **leis** que adotarem, **observados os princípios desta Constituição**.

Letra C: Errada.

Município não possui Poder Judiciário.

Letra D: Errada.

Os Estados têm Poder Legislativo organizado de forma unicameral.

Letra E: Correta.

CF/88. Art. 35. O **Estado** não intervirá **em seus Municípios**, nem a **União nos Municípios localizados em Território Federal**, **exceto** quando: **(Rol Taxativo)**

I - **deixar de ser paga**, sem motivo de força maior, por **2 anos consecutivos**, a **dívida fundada**;

II - **não** forem prestadas **contas devidas**, na forma da lei;

III - **não** tiver sido aplicado o **mínimo exigido da receita municipal** na manutenção e desenvolvimento do **ensino** e nas ações e serviços públicos de **saúde**;

IV - o **Tribunal de Justiça** der provimento a representação para assegurar a observância de **princípios indicados na Constituição Estadual**, ou para prover a **execução de lei**, de **ordem ou de decisão judicial**.

Gabarito: Letra E.

DIREITO ADMINISTRATIVO

26) O direito administrativo é formado por muitos conceitos, princípios, elementos, fontes e poderes. As principais fontes formais do direito administrativo, segundo a doutrina majoritária, são

- A) a doutrina, a jurisprudência e a Constituição.
B) a Constituição, a lei e os atos normativos da administração pública.
C) os princípios gerais de direito, a jurisprudência, a lei e os atos normativos da administração pública.
D) os costumes, a lei e os atos normativos da administração.
E) a Constituição, a lei e os costumes.

Comentário:

Fontes Formais x Fontes Materiais	
Fontes Formais	Fontes Materiais
Fontes criadas pelo Estado por meio de processos formais . Não se limitam à esfera político-administrativa , abrangendo também a esfera particular. Ex: Constituição, Lei em Sentido Amplo.	Fontes que são geradas sem o processo formal do Estado . Ex: Doutrina e Costumes.

Gabarito: Letra B.

27) Assinale a opção que corresponde ao princípio administrativo que se relaciona à vedação ao desperdício ou à má utilização dos recursos públicos e que, inicialmente implícito na Constituição Federal de 1988, foi explicitado por meio de emenda constitucional.

- A) princípio da impessoalidade
- B) princípio da eficiência
- C) princípio da moralidade
- D) princípio da razoabilidade
- E) princípio da proporcionalidade

Comentário:

Princípio da Eficiência
- Trata-se do princípio que exige dos agentes públicos a busca por melhores resultados com o menor custo e tempo possível .
- Incluído pela EC 19/98 devido à reforma gerencial com a implementação do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado ;
- Nos estudos da doutrinadora DI PIETRO , o princípio da eficiência pode ser levado em consideração à atuação do agente público , sendo esperado que este preste o seu serviço da melhor forma possível , com um alto desempenho para obter bons resultados . Além disso, tal princípio está diretamente relacionado ao modo de organização, estrutura e disciplina do Poder Público visando atingir resultados na prestação do serviço público .
- CF/88, Art. 37, § 3º A lei disciplinará as formas de participação do usuário na administração pública direta e indireta, regulando especialmente : I - as reclamações relativas à prestação dos serviços públicos em geral , asseguradas a manutenção de serviços de atendimento ao usuário e a avaliação periódica, externa e interna, da qualidade dos serviços ;
- CF/88, Art. 41, § 1º O servidor público estável só perderá o cargo : III - mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho , na forma de lei complementar , assegurada ampla defesa .

Gabarito: Letra B.

28) A Agência de Regulação de Serviços Públicos Delegados do Estado de Rondônia (AGERO), criada mediante lei específica, possui personalidade jurídica própria de direito público, patrimônio e receita próprios, capacidade específica e restrita à sua área de atuação, bem como autonomia administrativa e financeira. A essa agência compete o poder de regulação, controle e fiscalização de serviços públicos delegados, permissionados ou autorizados.

Com base no texto anterior, é correto afirmar que a AGERO é exemplo de

- A) fundação pública.
- B) fundação autárquica.
- C) consórcio público.
- D) autarquia.
- E) empresa pública.

Comentário:

Agências Reguladoras
Autarquias em regime especial;
Têm como função regulamentar, controlar e fiscalizar os serviços, atividades e bens transferidos ao setor privado.
Exercem o poder de polícia , impondo limites administrativos .
Possuem uma maior autonomia administrativa ;
As agências reguladoras são autarquias em regime especial , o que lhes confere maior autonomia administrativa e financeira , contudo, não possuem independência em relação aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, pois submetem-se ao controles de tais poderes .

Gabarito: Letra D.

- 29) Um cidadão que integra o conselho de sentença de um tribunal do júri é considerado, nessa situação,**
- A) agente político.
 B) agente público credenciado.
 C) servidor público temporário.
 D) agente público honorífico.
 E) servidor público voluntário.

Comentário:

Classificação de Agentes Públicos
O gênero agentes públicos se divide nas seguintes espécies :
* Agentes Políticos ;
* Agentes Administrativos ;
* Agentes Honoríficos ; (Particulares em colaboração com o Poder Público)
* Agentes Delegados ; (Particulares em colaboração com o Poder Público)
* Agentes Credenciados . (Particulares em colaboração com o Poder Público)
* Militares
Agentes Honoríficos
- São também classificados como Particulares que atuam por convocação, nomeação ou designação ;
- São particulares designados, convocados ou nomeados pelo Estado para prestar de forma transitória, serviços cívicos (serviços públicos relevantes ou múnus público).
- Não possuem vínculo celetista nem estatutário e normalmente não recebem remuneração ;
- Não existe proibição em relação à acumulação de cargos, funções ou empregos públicos .
- São considerados agentes honoríficos: conciliadores, jurados do tribunal do júri e mesários .
- São considerados funcionários públicos para efeitos criminais;

Gabarito: Letra D.

- 30) O alvará de licença e o alvará de autorização concedidos pela administração pública constituem meio de atuação do poder**
- A) disciplinar.
 B) regulamentar.
 C) hierárquico.
 D) de polícia.
 E) hierárquico e do disciplinar.

Comentário:

Poder de Polícia Preventivo e Repressivo
Poder de Polícia Preventivo
- Regra ;
- Ocorre quando um terceiro depende de uma licença ou autorização para utilizar um bem ou exercer alguma atividade privada que afete a coletividade ;
- A Licença é um ato administrativo vinculado e definitivo . Com isso caso um particular preencha os requisitos de exercer determinado direito, a administração deverá reconhecer ;
Ex: Licença para construir em terreno particular .
- A autorização é um ato administrativo discrecional e precário em que o particular adquire a autorização da Administração Pública para exercer uma atividade de seu interesse .
Ex: Porte de Arma ;
Poder de Polícia Repressivo
- Exceção ;
- É a aplicação de sanções administrativas , feita normalmente através de uma fiscalização aos particulares por estarem descumprindo alguma norma de polícia ;
Ex: Multas, demolição de obras irregulares, apreensão de mercadorias inválidas ;
- A cobrança de taxa é uma razão do exercício do poder de polícia ;
Ex: Cobrança de Taxas para atividades comerciais ;
- O poder de polícia não precisa possuir sempre suas atividades de maneira presencial, podendo ocorrer através de locais remotos ;

Gabarito: Letra D.

DIREITO PENAL

31) Com relação ao tempo e ao lugar do crime, o Código Penal brasileiro adotou, respectivamente, as teorias do(a)

- A) resultado e da ação
- B) consumação e do resultado.
- C) atividade e da ubiquidade.
- D) ubiquidade e da atividade.
- E) ação e da consumação.

Comentário:

Tempo do Crime
- É dividido em Três teorias explicando quando ocorre a prática do crime: * Teoria da Atividade ; (CP ADOTA) * Teoria do Resultado ; * Teoria da Ubiquidade ou Mista .
Teoria da Atividade
O crime é considerado praticado no momento de sua ação ou omissão , <u>sem a importância do momento do resultado</u> . (ADOTADO PELO CP)

Lugar do Crime
- Possui três teorias : * Teoria da Atividade ; * Teoria do Resultado ; * Teoria Mista ou da Ubiquidade . (CP ADOTA - REGRA)
Teoria Mista ou da Ubiquidade
O local do crime pode ser tanto o lugar em que ocorreu a ação ou omissão , no todo ou em parte, bem como onde se produziu ou deveria produzir-se o resultado ; (ADOTADA PELO CP)
Regra
Aplicação da Teoria da Ubiquidade aos crimes em geral.
Exceções
- Crimes Conexos : Teoria da Atividade; - Crimes Plurilocais : Teoria do Resultado; (CPP Adota) - Crimes Contra a Vida : Teoria da Atividade; - Atos infracionais : Teoria da atividade; - Crimes Falimentares : Onde foi decretada a falência, concedida recuperação judicial ou homologado o plano de recuperação extrajudicial. - Crimes Militares Comissivos : Teoria da Ubiquidade; - Crimes Militares Omissivos : Teoria da atividade; - Infrações Penais de Menor Potencial Ofensivo : Teoria da Atividade;

Gabarito: Letra C.

32) Iter criminis corresponde ao percurso do crime, compreendido entre o momento da cogitação pelo agente até os efeitos após sua consumação. Há relevância no estudo do iter criminis porque, conforme o caso, podem incidir institutos como desistência voluntária, princípio da consumação e tentativa. Considera-se punível o crime tentado no caso de

- A) o agente ser flagrado elaborando os planos para a prática do crime.
- B) o agente ser flagrado realizando atos de preparação para o crime.
- C) o crime, iniciada a execução, não se consumir por ineficácia absoluta do meio empregado para sua prática.
- D) o agente, iniciada a execução, desistir de prosseguir com a ação, impedindo seu resultado.
- E) o crime, iniciada a execução, não se consumir por circunstâncias alheias à vontade do agente.

Comentário:

CP/40. Art. 14 - Diz-se o **crime**:

II - **tentado**, quando, **iniciada a execução**, **não se consuma** por circunstâncias **alheias à vontade** do agente.

Gabarito: Letra E.

33) A respeito da imputabilidade penal, julgue os itens a seguir.

I Os maiores de dezesseis anos de idade que ainda não tiverem alcançado a maioridade são considerados relativamente incapazes no que tange à responsabilidade criminal.

II Emoção ou paixão não são causas de exclusão a imputabilidade penal.

III A embriaguez culposa anterior à prática de crime é causa de diminuição de pena, mas não torna o agente inimputável.

IV O deficiente mental inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato é inimputável.

Estão certos apenas os itens

A) I e II.

B) I e III.

C) II e IV.

D) I, III e IV.

E) II, III e IV.

Comentário:

Item I: Errado.

Menores de dezoito anos

CP/40. Art. 27 - Os **menores de 18 (dezoito) anos** são penalmente **inimputáveis**, ficando sujeitos às **normas estabelecidas na legislação especial**.

Item II: Correto.

Emoção e paixão

CP/40. Art. 28 - **Não excluem** a imputabilidade penal:

I - a **emoção** ou a **paixão**;

Item III: Errado.

Embriaguez

CP/40. Art. 28 - **Não excluem** a imputabilidade penal:

II - a **embriaguez, voluntária ou culposa**, pelo **álcool** ou **substância de efeitos análogos**.

§ 2º - A **pena pode ser reduzida de um a dois terços**, se o agente, **por embriaguez**, proveniente de **caso fortuito ou força maior**, **não possuía**, ao tempo da **ação ou da omissão**, a plena **capacidade de entender** o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.

Item IV: Correto.

Inimputáveis

CP/40. Art. 26 - É **isento** de pena o agente que, por **doença mental** ou desenvolvimento **mental incompleto ou retardado**, era, ao tempo da **ação ou da omissão**, **inteiramente incapaz** de entender o caráter **ilícito** do fato ou de determinar-se de **acordo** com esse **entendimento**.

Gabarito: Letra C.

34) Com relação a crimes contra a honra, assinale a opção correta.

- A) O crime de calúnia se consuma no momento em que o ofendido toma conhecimento da imputação falsa contra si.
 B) Calúnia contra indivíduo falecido não se enquadra como crime contra a honra.
 C) A exceção da verdade é admitida em caso de delito de difamação contra funcionário público no exercício de suas funções.
 D) A retratação cabal do agente da calúnia ou da difamação após o recebimento da ação penal é causa de diminuição de pena.
 E) O delito de injúria racial se processa mediante ação penal pública incondicionada.

Comentário:

Letra A/B: Erradas.

Crimes Contra a Honra – CP/40. Capítulo V
Bem jurídico tutelado: Honra da pessoa que foi ofendida.
A honra pode ser: * Subjetiva: Reputação que o ofendido tem de si, envolvendo dignidade, decoro e autoestima. * Objetiva: reputação da sociedade em relação ao ofendido.
São crimes contra a honra: * Calúnia (Honra Objetiva); * Injúria (Honra Subjetiva); * Difamação (Honra Objetiva).
Regra: Ação penal privada (Mediante Queixa). Exceção: Ação Penal Pública Incondicionada , caso a injúria real (Art 140. §2º) resultar lesão corporal. Exceção: Ação penal pública condicionada à requisição do M.J quando a ofensa for contra o P.R ou chefe de governo estrangeiro . Exceção: No caso de injúria qualificada , a ação é pública condicionada à representação do ofendido .

Calúnia – CP/40. Art. 138.
Existe quando o agente imputa falsamente fato definido como crime ao sujeito passivo.
Bem Jurídico Tutelado: Honra Objetiva (Reputação mediante a sociedade) da pessoa que foi ofendida.
Tipo Objetivo: Imputar falsamente um fato definido como crime .
Crime Formal ;
Praticado apenas de modo comissivo . É possível praticar calúnia por meio de gestos e insinuações .
Existe o crime de calúnia independente do fato imputado falsamente à pessoa ter ocorrido ou não .
Sujeito Ativo: Qualquer pessoa, salvo certas autoridades com imunidade material (Parlamentares); Sujeito Passivo: Qualquer pessoa.
Elemento Subjetivo: Dolo. Não é possível a modalidade culposa . É possível a tentativa .
É punível a calúnia contra os mortos , sendo o sujeito passivo os familiares .
A doutrina entende que o inimputável pode ser caluniado .
Tratando-se de uma brincadeira (animus jocandi) do agente com o sujeito imputando-lhe um fato falso , aquele não responde por calúnia, pois a intenção era brincar .
O crime de autoacusação falsa (CP/40. Art. 341.) ocorre quando o agente imputa a si mesmo, falsamente, fato considerado crime . Não se confunde com a calúnia (CP/40. Art. 138).
Existindo calúnia contra o Presidente da República , quando se tratar de natureza política, o crime estará tipificado na Lei de Segurança Nacional (Lei 7.170/83).
Incorre na pena de calúnia quem, sabendo falsa a imputação , a propala ou divulga (Nesse caso é possível apenas o dolo direto).
Consumação: Ocorre quando um terceiro fica sabendo, independente do resultado naturalístico , pois trata-se da Honra Objetiva (Reputação mediante a sociedade) da pessoa que foi ofendida.
O sujeito ativo pode provar que o fato imputado ao sujeito passivo realmente ocorreu (Exceção da Verdade), salvo : * Se, constituindo o fato imputado crime de ação privada , o ofendido não foi condenado por sentença irrecorrível; * Se o fato é imputado a qualquer das pessoas indicadas no nº I do art. 141 (Presidente da República ou chefe de governo estrangeiro); * Se do crime imputado, embora de ação pública , o ofendido foi absolvido por sentença irrecorrível .
Uma parcela da doutrina admite que se o caluniador provar que todos já sabiam do fato imputado ao ofendido, aquele não responderá por calúnia. (Exceção de Notoriedade).

Letra C: Correta.

Difamação – CP/40. Art. 139.
Existe quando o agente imputa fato ofensivo ao sujeito passivo.
Bem Jurídico Tutelado: Honra Objetiva (Reputação mediante a sociedade) da pessoa que foi ofendida.
Crime Formal ; Crime Comum ;
Sujeito Ativo: Qualquer pessoa;
Sujeito Passivo: Qualquer pessoa.
Elemento Subjetivo: Dolo (direto ou eventual). Não é possível a modalidade culposa . É possível a tentativa, apenas na forma escrita.
A exceção da verdade é possível apenas quando o sujeito passivo for funcionário público e a ofensa for relativa ao exercício de suas funções .
Não é punível a difamação contra os mortos .
Consumação: Ocorre quando um terceiro fica sabendo , independente do resultado naturalístico , pois trata-se da Honra Objetiva (Reputação mediante a sociedade) da pessoa que foi ofendida.
Uma parcela da doutrina admite que se o difamador provar que todos já sabiam do fato imputado ao ofendido, aquele não responderá por difamação. (Exceção de Notoriedade).
Difamação
Art. 139 - Difamar alguém, imputando-lhe fato ofensivo à sua reputação:
Pena - detenção , de três meses a um ano , e multa.
Exceção da verdade
Parágrafo único - A exceção da verdade somente se admite se o ofendido é funcionário público e a ofensa é relativa ao exercício de suas funções.

Letra D: Errada.

CP/40. Art. 143 - O **querelado** (infrator) que, **antes da sentença** (de primeiro grau) , se **retrata cabalmente** da **calúnia ou da difamação**, fica **isento** de pena.

Letra E: Errada.

Injúria – CP/40. Art. 140.
Existe quando o agente ofende a dignidade ou o decoro do sujeito passivo. Com isso, não existe um fato, e sim um palavreado de baixo nível ao ofendido.
Bem Jurídico Tutelado: Honra Subjetiva (Reputação que o ofendido tem de si, envolvendo dignidade, decoro e autoestima) da pessoa que foi ofendida.
Crime Formal ; Crime Comum .
Sujeito Ativo: Qualquer pessoa;
Sujeito Passivo: Qualquer pessoa.
Elemento Subjetivo: Dolo com a finalidade específica , ou seja, o sujeito ativo quer ofender ou humilhar.
Doutrina Majoritária: É possível o concurso material entre o crime de injúria e lesão corporal no caso do agente praticar os dois.
Doutrina Minoritária: Não existe concurso material , mas sim concurso formal impróprio , com isso o sujeito ativo com apenas uma ação pratica mais de um crime.
A exceção da verdade é impossível .
Consumação: Ocorre quando o ofendido fica sabendo , pois a Honra é Subjetiva , não precisando do conhecimento de terceiros . O crime ocorre independentemente do sujeito passivo se sentir ofendido ou não.
É cabível o perdão judicial :
* Quando o ofendido , de forma reprovável , provocou diretamente a injúria ;
* No caso de retorsão imediata , que consista em outra injúria .
OBS: O perdão judicial não é cabível na injúria real e qualificada .
Injúria Real: consiste em violência ou vias de fato , que, por sua natureza ou pelo meio empregado, se considerem aviltantes . (Ação Penal Pública, condicionada ou incondicionada , conforme a natureza da lesão corporal do ofendido).
Injúria Qualificada: Ocorre quando o agente se utiliza de elementos referentes a religião ou a condição

de pessoa idosa ou portadora de deficiência. (Ação Penal Pública Condicionada à Representação do ofendido).

Gabarito: Letra C.

35) Por estar com problemas financeiros, Lara convidou um colega para subtrair bens do patrimônio de Jair. O colega aceitou o convite e o ilícito foi cometido.

Nessa situação, haverá isenção de pena se

- A) Jair for genitor de Lara, ainda que não tenha reconhecido formalmente a paternidade.
- B) Jair for avô de Lara e tiver idade superior a sessenta anos.
- C) Lara for mãe dos filhos de Jair, mesmo que ambos estejam divorciados.
- D) o crime tiver sido praticado sem violência física, mesmo que sob grave ameaça.
- E) o colega dela não tiver vínculo familiar com Jair, ainda que saiba da existência de parentesco entre este e aquela.

Comentário:

Letra A: Correta.

CP/40. Art. 181. É **isento de pena** quem comete qualquer dos crimes previstos nesse capítulo, **em prejuízo:**

II - de **ascendente ou descendente**, seja o parentesco **legítimo ou ilegítimo**, seja civil ou natural.

Letra B: Errada.

Art. 183 - **Não se aplica** o disposto nos **dois artigos anteriores:**

III – se o crime é praticado contra pessoa com **idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos**.

Letra C: Errada.

CP/40. Art. 181. É **isento de pena** quem comete qualquer dos crimes previstos nesse capítulo, **em prejuízo:**

I - do **cônjuge**, **na constância da sociedade conjugal**;

Letra D: Errada.

CP/40. Art. 183 - **Não se aplica** o disposto nos **dois artigos anteriores:**

I - se o crime é de **roubo** ou de **extorsão**, ou, em geral, quando haja emprego de **grave ameaça** ou **violência à pessoa**;

Letra E: Errada.

CP/40. Art. 183 - **Não se aplica** o disposto nos **dois artigos anteriores:**

II - ao **estranho** que participa do crime.

Gabarito: Letra A.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

36) Assinale a opção correta acerca do processo penal constitucional.

- A) Ninguém será considerado culpado até o seu julgamento em segunda instância.
- B) Permite-se, excepcionalmente, a criação de juízo ou de tribunal especial para julgar crimes graves.
- C) O princípio da inadmissibilidade das provas ilícitas será afastado quando a prova, ainda que obtida por meios ilícitos, for absolutamente necessária para estabelecer a verdade real dos fatos.
- D) O princípio do contraditório constitui corolário do devido processo legal.
- E) Por força do princípio da intranscendência, é terminantemente vedado estender aos sucessores do condenado a obrigação de reparar o dano por ele causado.

Comentário:

Letra A: Errada.

Princípio da Presunção da inocência ou não culpabilidade
CF/88. Art. 5. LVII - ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória;

Letra B: Errada.

Princípio do Juiz Natural
- CF/88. Art. 5. LIII - ninguém será processado nem sentenciado senão pela autoridade competente;
- É vedada a formação de Tribunal ou Juízo de exceção.

Letra C: Errada.

Princípio da Não obtenção de provas por meio ilícito
CF/88. Art.5. LVI - são inadmissíveis , no processo, as provas obtidas por meios ilícitos;

Letra D: Correta.

Princípio do Contraditório e ampla defesa
CF/88. Art.5. LV - aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes;

Letra E: Errada.

Princípio da Intranscendência
CF/88. Art. 5. XLV - nenhuma pena passará da pessoa do condenado , podendo a obrigação de reparar o dano e a decretação do perdimento de bens ser, nos termos da lei, estendidas aos sucessores e contra eles executadas, até o limite do valor do patrimônio transferido.

Gabarito: Letra D.

37) O inquérito policial é um procedimento

- A) de natureza inquisitiva.
- B) Indispensável.
- C) público em todos os seus atos.
- D) passível de ser presidido pelo Ministério Público.
- E) não oficioso.

Comentário:

Características do IP
* Sigiloso;
* Escrito;
* Inquisitorial;
* Discricionário;
* Oficioso;
* Indisponibilidade;
* Dispensável;
* Oficialidade.
Mnemônico: SEI DOIDO

Gabarito: Letra A.

38) O inquérito policial

- A) não pode ser iniciado se a representação não tiver sido oferecida e a ação penal dela depender.
- B) é válido somente se, em seu curso, tiver sido assegurado o contraditório ao indiciado.
- C) será instaurado de ofício pelo juiz se tratar-se de crime de ação penal pública incondicionada.
- D) será requisitado pelo ofendido ou pelo Ministério Público se tratar-se de crime de ação penal privada.
- E) é peça prévia e indispensável para a instauração de ação penal pública incondicionada.

Comentário:

Letra A: Correta.

CPP/41. Art. 5. § 4º O **inquérito**, nos crimes em que a ação pública **depender de representação, não poderá sem ela ser iniciado.**

Letra B: Errada.

No IP **não existe** o direito ao **contraditório e a ampla defesa** no **inquérito policial**, uma vez que ocorre apenas a **investigação** para descobrir se houve crime por meio do papel inquisitivo da autoridade policial, que é um papel de natureza **pré-processual**;

Letra C: Errada.

CPP/41, Art. 5º Nos crimes de **ação pública** o inquérito policial será **iniciado**:

II - **mediante requisição** (delegado é obrigado) da **autoridade judiciária ou do Ministério Público**, ou a **requerimento** (delegado não é obrigado) do **ofendido** ou de quem tiver qualidade **para representá-lo**.

Letra D: Errada.

CPP/41, Art. 30. Ao ofendido ou a quem tenha qualidade para representá-lo caberá intentar a ação privada.

Letra E: Errada.

CPP. Art.39. § 5º O órgão do Ministério Público **dispensará o inquérito**, se com a representação forem oferecidos elementos que o habilitem a promover a ação penal, e, neste caso, oferecerá a denúncia no prazo de quinze dias.

Gabarito: Letra A.

39) Em relação às provas, acerca da prova testemunhal, assinale a opção correta.

- A) O juiz não poderá, em qualquer hipótese, ouvir outras testemunhas além daquelas já indicadas pelas partes.
- B) As pessoas que estejam impossibilitadas, por enfermidade ou por velhice, de comparecer para depor serão inquiridas onde estiverem.
- C) Na redação do depoimento, o juiz não é obrigado a cingir-se exatamente às expressões usadas pelas testemunhas, sendo desnecessária a reprodução fiel das suas frases.
- D) O depoimento deverá ser prestado oralmente, vedando-se à testemunha qualquer tipo de consulta a apontamentos.
- E) Se ocorrer dúvida acerca da identidade da testemunha, o juiz deverá suspender a oitiva e intimar outra testemunha.

Comentário:

Letra A: Errada.

CPP/41. Art. 209. O juiz, **quando julgar necessário, poderá** ouvir outras testemunhas, além das indicadas pelas partes.

Letra B: Correta.

CPP/41. Art. 220. As pessoas **impossibilitadas**, por **enfermidade** ou por **velhice**, de **comparecer** para **depor**, serão **inquiridas onde estiverem. (Obrigatoriedade de Comparecimento - Exceção)**

Letra C: Errada.

CPP/41. Art. 215. Na redação do depoimento, **o juiz deverá cingir-se**, tanto quanto possível, às expressões usadas pelas testemunhas, reproduzindo fielmente as suas frases.

Letra D: Errada.

GARANTA O PACOTE COMPLETO COM 50% OFF: [CLIQUE AQUI AGORA!](#)

CPP/41. Art. 204. O **depoimento** será prestado **oralmente**, **não sendo permitido** à testemunha trazê-lo por **escrito. (Regra)**

Parágrafo único. **Não será vedada** à testemunha, **entretanto, breve consulta a apontamentos.**

Letra E: Errada.

CPP/41. Art. 205. Se ocorrer **dúvida** sobre a **identidade** da **testemunha**, **o juiz** procederá à **verificação** pelos **meios ao seu alcance**, podendo, **entretanto, tomar-lhe o depoimento desde logo.**

Gabarito: Letra B.

40) A audiência de custódia deverá ser realizada em até

- A) 48 horas após a transferência do preso para estabelecimento prisional.
- B) 24 horas após o relaxamento da prisão.
- C) 48 horas após a prisão em flagrante.
- D) 24 horas após a prisão em flagrante.
- E) 24 horas após a comunicação da prisão ao advogado do réu.

Comentário:

Prisão em Flagrante – Audiência de Custódia	
Antes da Lei 13.964/2019	Após a Lei 13.964/2019
Não existia previsão, no CPP/41, relacionada à Audiência de Custódia.	A Audiência de Custódia passou a ter previsão no CPP/41. Art. 310.
CPP/41. Art. 310. Ao receber o auto de prisão em flagrante, o juiz deverá fundamentadamente:	CPP/41. Art. 310. Após receber o auto de prisão em flagrante, no prazo máximo de até 24 (vinte e quatro) horas após a realização da prisão , o juiz deverá promover audiência de custódia com a presença do acusado , seu advogado constituído ou membro da Defensoria Pública e o membro do Ministério Público , e, nessa audiência, o juiz deverá, fundamentadamente :
I - relaxar a prisão ilegal; ou	I - relaxar a prisão ilegal ; ou
II - converter a prisão em flagrante em preventiva, quando presentes os requisitos constantes do art. 312 deste Código, e se revelarem inadequadas ou insuficientes as medidas cautelares diversas da prisão; ou	II - converter a prisão em flagrante em preventiva , quando presentes os requisitos constantes do art. 312 deste Código, e se revelarem inadequadas ou insuficientes as medidas cautelares diversas da prisão; ou
III - conceder liberdade provisória, com ou sem fiança.	III - conceder liberdade provisória, com ou sem fiança.
Parágrafo único. Se o juiz verificar, pelo auto de prisão em flagrante, que o agente praticou o fato nas condições constantes dos incisos I a III do caput do art. 23 do Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, poderá, fundamentadamente, conceder ao acusado liberdade provisória, mediante termo de comparecimento a todos os atos processuais, sob pena de revogação.	§ 1º Se o juiz verificar, pelo auto de prisão em flagrante, que o agente praticou o fato em qualquer das condições constantes dos incisos I, II ou III do caput do art. 23 do Código Penal (Excludentes de ilicitude) , poderá, fundamentadamente , conceder ao acusado liberdade provisória , mediante termo de comparecimento obrigatório a todos os atos processuais , sob pena de revogação .
	§ 2º Se o juiz verificar que o agente é reincidente ou que integra organização criminosa armada ou milícia , ou que porta arma de fogo de uso restrito , deverá denegar a liberdade provisória, com ou sem medidas cautelares.

	§ 3º A autoridade que deu causa, sem motivação idônea, à não realização da audiência de custódia no prazo estabelecido no caput deste artigo responderá administrativa, civil e penalmente pela omissão.
Antes da Lei 13.964/2019	Após a Lei 13.964/2019
STJ/RHC 99.091/AL	CPP/41. Art. 310. § 4º.
Ressalvada pessoal compreensão diversa, o entendimento desta Sexta Turma é de que a falta da audiência de custódia não enseja nulidade da prisão preventiva , superada que foi a prisão em flagrante, devendo ser este novo título de prisão aquele a merecer o exame da legalidade e necessidade.	§ 4º Transcorridas 24 (vinte e quatro) horas após o decurso do prazo estabelecido no caput deste artigo, a não realização de audiência de custódia sem motivação idônea ensejará também a ilegalidade da prisão , a ser relaxada pela autoridade competente, sem prejuízo da possibilidade de imediata decretação de prisão preventiva .

Gabarito: Letra D.

DIREITO PENAL MILITAR

41) Na aplicação da lei penal militar, o Código Penal Militar adota a teoria

- A) da ubiquidade, pela qual se considera praticado o crime comissivo no lugar onde se desenvolveu a atividade criminosa, no todo ou em parte, e onde o resultado se produziu ou deveria produzir-se.
- B) da atividade, segundo a qual se considera praticado o crime no lugar onde foi realizada a ação criminosa ou, no caso de crime omissivo, onde deveria realizar-se a ação omitida.
- C) mista do lugar do crime, já que se aplica a teoria da ubiquidade aos crimes omissivos e se aplica a teoria da atividade aos crimes comissivos.
- D) da extraterritorialidade, uma vez que se aplica a legislação nacional quando o crime é praticado por brasileiro fora do território nacional, desde que o agente não tenha sido julgado pela justiça estrangeira.
- E) da territorialidade, pois se aplica a legislação brasileira aos crimes praticados por militar fora do território nacional em tempo de paz, desde que existam convenções ou tratados de direito internacional.

Comentário:

CPM Art. 6º Considera-se praticado o fato, no lugar em que se desenvolveu a atividade criminosa, no todo ou em parte, e ainda que sob forma de participação, bem como onde se produziu ou deveria produzir-se o resultado. Nos **crimes omissivos**, o fato considera-se praticado no **lugar em que deveria realizar-se a ação omitida**.

Lugar do Crime – Teorias Adotadas pelo CPM	
Teoria da Ubiquidade	Teoria da Atividade
Quando o crime for comissivo .	Quando o crime for omissivo .
Considera-se praticado o fato, no <u>lugar em que se desenvolveu a atividade</u> criminosa, no todo ou em parte, e ainda que sob forma de participação, <u>bem como onde se produziu ou deveria produzir-se o resultado</u> .	Nos crimes omissivos , o fato considera-se praticado no lugar em que deveria realizar-se a ação omitida .

Teorias Adotadas			
Código Penal		Código Penal Militar	
Tempo do Crime	Lugar do Crime	Tempo do Crime	Lugar do Crime
Atividade	Ubiquidade	Atividade	Comissivo: Ubiquidade. Omissivo: Atividade.

Territorialidade, Extraterritorialidade

CPM Art. 7º Aplica-se a lei penal militar, **sem prejuízo** de convenções, tratados e regras de direito internacional, ao **crime cometido**, no todo ou em parte no território nacional, ou fora dele, **ainda que**, neste caso, o agente esteja sendo **processado ou tenha sido julgado pela justiça estrangeira**.

Gabarito: Letra A.

42) Caso hipotético 1A06-I

Suponha que João seja policial e atue disfarçado em atividade de inteligência e que, após suspeitar de ter sido identificado por um traficante perigoso da cidade, convença seus colegas Flávio e Geraldo a matá-lo. Considere, ainda, que, como o traficante servia de fonte imediata de informação a João, para o plano funcionar, Flávio, que não era conhecido do traficante, o tenha atraído para uma emboscada. No local combinado, Geraldo estava a postos com uma arma de fogo ilegal apreendida por João em um flagrante e que não fora devidamente reportada.

Considerando o caso hipotético 1A06-I e supondo ter havido a consumação do crime, assinale a opção correta com fundamento na legislação castrense.

- A) Se Hélio for um militar superior aos demais nominados e estiver ciente do plano e da execução do crime, ele será considerado partícipe por omissão no crime de homicídio.
- B) Na hipótese de Geraldo ter confundido a vítima e atingido terceiro desavisado, responderá na modalidade dolosa e João, na modalidade culposa.
- C) Se Flávio for um militar superior aos demais, será considerado o líder da operação criminosa, o que resulta na aplicação de penalidade mais elevada decorrente dessa condição.
- D) Flávio será considerado partícipe de somenos importância.
- E) Ainda que não tenha participado dos atos executórios, apenas João incide em elemento que agrava a pena quanto ao concurso de agentes.

Comentário:

Coautoria

CPM Art. 53. Quem, de qualquer modo, **concorre** para o crime incide nas penas a este cominadas.

Condições ou circunstâncias pessoais

§ 1º A punibilidade de qualquer dos concorrentes é **independente** da dos outros, determinando-se segundo a sua própria culpabilidade. **Não se comunicam**, outrossim, as **condições ou circunstâncias** de caráter pessoal, **salvo quando elementares do crime**.

Agravação de pena

§ 2º A pena é **agravada** em relação ao agente que:

I - **promove ou organiza** a cooperação no crime ou dirige a atividade dos demais agentes;

II - coage outrem à execução material do crime;

III - **instiga ou determina a cometer o crime** alguém sujeito à sua autoridade, ou não punível em virtude de condição ou qualidade pessoal;

IV - **executa o crime**, ou nele participa, mediante **paga ou promessa de recompensa**.

Atenuação de pena

§ 3º A pena é **atenuada** com relação ao agente, cuja participação no crime é de **somenos importância**.

Cabeças

§ 4º Na prática de crime de **autoria coletiva necessária**, reputam-se cabeças os que dirigem, provocam, instigam ou excitam a ação.

§ 5º Quando o crime é cometido por **inferiores** e **um ou mais oficiais**, são estes considerados **cabeças**, **assim como os inferiores** que exercem função de **oficial**.

Gabarito: Letra E.

43) Segundo o que dispõe o Código Penal Militar (CPM), são previstos(a) como pena principal e a pena acessória respectivamente,

- A) a reclusão e a reforma.
- B) a prisão e a perda do posto e da patente.
- C) a exclusão das Forças Armadas e o impedimento.
- D) a indignidade para o oficialato e a incompatibilidade com o oficialato.
- E) a suspensão dos direitos políticos e a detenção.

Comentário:

Penas principais

CPM Art. 55. As penas principais são:

- a) morte;
- b) reclusão;
- c) detenção;
- d) prisão;**
- e) impedimento;
- f) suspensão do exercício do posto, graduação, cargo ou função;
- g) reforma.

Penas Acessórias

CPM Art. 98. São penas **acessórias**:

I - a perda de posto e patente;

- II - a indignidade para o oficialato;
- III - a incompatibilidade com o oficialato;
- IV - a exclusão das forças armadas;
- V - a perda da função pública, ainda que eletiva;
- VI - a inabilitação para o exercício de função pública;
- VII - a suspensão do pátrio poder, tutela ou curatela;
- VIII - a suspensão dos direitos políticos.

Gabarito: Letra B.

44) Configura crime militar em tempo de paz praticado contra a administração militar a conduta de

I praticar violência contra superior.

II desacatar superior, ofendendo-lhe a dignidade ou o decoro, ou procurando deprimir-lhe a autoridade.

III desobedecer a ordem legal de autoridade militar.

Assinale a opção correta.

- A) Apenas o item I está certo.
- B) Apenas o item II está certo.
- C) Apenas os itens I e III estão certos.

- D) Apenas os itens II e III estão certos.
E) Todos os itens estão certos.

Comentário:

TÍTULO VII - DOS CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO MILITAR (Art. 298 ao Art. 339)

Item I: Errado.

Violência contra superior

CPM Art. 157. **Praticar violência contra superior:**

Pena - detenção, de três meses a dois anos.

Item II: Correto.

Desacato a superior

CPM Art. 298. **Desacatar superior**, ofendendo-lhe a dignidade ou o decoro, ou procurando deprimir-lhe a autoridade:

Pena - reclusão, até quatro anos, se o fato não constitui crime mais grave.

Item III: Correto.

Desobediência

CPM Art. 301. **Desobedecer a ordem legal** de autoridade militar:

Pena - detenção, até seis meses.

Gabarito: Letra D.

45) Para cumprir o serviço militar obrigatório, o convocado selecionado e designado para incorporação ou matrícula que não se apresentar à organização militar que lhe for designada dentro do prazo marcado ou que, tendo-o feito, se ausentar antes do ato oficial de incorporação ou matrícula será declarado

- A) desertor.
B) retardatário.
C) insubmisso.
D) refratário.
E) ausente.

Comentário:

Insubmissão

CPM Art. 183. **Deixar de apresentar-se** o convocado à incorporação, dentro do prazo que lhe foi marcado, **ou**, apresentando-se, **ausentar-se antes do ato oficial** de incorporação:

Pena - **impedimento**, de três meses a um ano.

Crime de Insubmissão
É um crime propriamente militar , ou seja, possui previsão apenas no CPM .
É o único crime militar cujo sujeito ativo é obrigatoriamente um civil.
É um crime omisso , de mera conduta, instantâneo e de natureza formal , que se consuma com a não apresentação do convocado à incorporação na data e no local determinado, constantes no seu Certificado de Alistamento Militar (CAM).
Para que o civil seja processado por insubmissão, deve ocorrer a sua incorporação às Forças Armadas uma vez que é imprescindível para a instauração da ação penal. Sendo assim, o sujeito ativo deve ser civil , no entanto, para ocorrer o processo contra o crime de insubmissão é <u>necessário que o insubmisso se torne militar</u> .

É o **único crime** do CPM cuja pena é de **impedimento**.

Gabarito: Letra C.

DIREITO PROCESSUAL PENAL MILITAR

46) O IPM é o principal instrumento para a coleta de provas e de indícios aptos a subsidiar a opinio delicti do Ministério Público, mas poderá ser dispensado

- A) nos crimes em que for cabível a menagem.
- B) nos crimes dolosos contra a vida praticados no exercício profissional.
- C) nos crimes contra a honra, desde que o autor já esteja identificado e que esses crimes tenham sido praticados por escrito ou publicação.
- D) quando já tiver sido aplicada punição administrativa ao investigado.
- E) em caso de confissão circunstanciada do investigado.

Comentário:

Dispensa de Inquérito

CPPM Art. 28. O inquérito **poderá ser dispensado**, sem prejuízo de diligência requisitada pelo Ministério Público:

a) quando o **fato e sua autoria já estiverem esclarecidos por documentos** ou outras provas materiais;

b) nos crimes contra a honra, quando decorrerem de escrito ou publicação, cujo autor esteja identificado;

c) nos crimes previstos nos arts. 341 e 349 do Código Penal Militar.

Poderá ser dispensado o IP
➤ Nos crimes de: ✓ Desacato à autoridade judiciária; ✓ Desobediência a decisão judicial. ✓ Crimes contra a honra; ✓ Quando esclarecidos o fato e autoria. ➤ Atenção: O artigo 28 trata-se de um rol exemplificativo, não sendo restrito a dispensa apenas para essas hipóteses.

Gabarito: Letra C.

47) Considere-se que, após o encerramento do inquérito policial militar, o tenente Vieira, subcomandante do 40º Grupamento de Bombeiros Militar do Estado de Rondônia, foi indiciado pela prática do crime militar de constrangimento ilegal, previsto no artigo 222 do Código Penal Militar, contra o soldado Gama.

Em relação à situação hipotética apresentada, é correto afirmar que a ação penal será promovida

- A) pelo Ministério Público com atribuição militar, mediante denúncia, perante a Auditoria Militar do Tribunal de Justiça do estado de Rondônia.
- B) pelo advogado do querelante, mediante queixa, perante a Auditoria Militar do Tribunal de Justiça do estado de Rondônia.
- C) pelo oficial encarregado do inquérito policial militar, mediante denúncia, perante a Auditoria Militar do Tribunal de Justiça do estado de Rondônia.
- D) pelo Ministério Público com atribuição militar ou pelo Ministério Público civil, mediante denúncia e de forma concorrente, perante a Auditoria Militar do Tribunal de Justiça do estado de Rondônia.
- E) pelo Ministério Público comum ou pela Polícia Judiciária Militar, mediante denúncia, perante a Auditoria Militar do Tribunal de Justiça do estado de Rondônia.

Comentário:

Promoção da ação penal

CPPM Art. 29. A **ação penal é pública e somente pode ser promovida por denúncia do Ministério Público Militar.**

Gabarito: Letra A.

48) A respeito do instituto da menagem, espécie de medida cautelar processual de restrição da liberdade, assinale a opção correta.

- A) O tempo de menagem, incluso o que for cumprido na residência do réu, deverá ser contado, em eventual cumprimento de pena.
- B) A decretação dessa medida compete ao comando da organização militar onde ela será cumprida.
- C) Por se tratar de instituto cautelar exclusivo do direito processual penal militar, a menagem não é aplicável a civis.
- D) Independentemente de trânsito em julgado, a sentença condenatória terá como efeito a cessação da menagem.
- E) A medida em apreço é obrigatória nos casos de crimes com pena superior a quatro anos em que for cabível a liberdade provisória e o crime tiver sido praticado na unidade militar onde serve o militar réu.

Comentário:

Letra A: Errada.

CPPM Art. 268. A menagem concedida em residência ou cidade **não será levada em conta no cumprimento da pena.**

Letra B/E: Errada/Errada.

CPPM Art. 263. **A menagem poderá ser concedida pelo juiz,** nos crimes cujo **máximo da pena privativa da liberdade não exceda a quatro anos**, tendo-se, porém, **em atenção** a natureza do crime e os antecedentes do acusado.

Letra C: Errada.

CPPM Art. 264. A menagem a militar poderá efetuar-se **no lugar em que residia quando ocorreu o crime** ou seja sede do juízo que o estiver apurando, ou, atendido o seu posto ou graduação, em quartel, navio, acampamento, ou em estabelecimento ou sede de órgão militar. **A menagem a civil será no lugar da sede do juízo, ou em lugar sujeito à administração militar,** se assim o entender necessário a autoridade que a conceder.

Letra D: Correta.

CPPM Art. 267. A menagem **cessa com a sentença condenatória, ainda que não tenha passado em julgado.**

Gabarito: Letra D.

49) Ao constatar a consumação do crime de deserção por parte de praça, a autoridade responsável deverá

- A) instaurar, de ofício ou a requerimento do comando, IPM.
- B) lavrar termo de deserção e encaminhar as diligências necessárias à captura do ausente, independentemente de mandado judicial de prisão.
- C) arquivar o procedimento que já tiver sido aberto quando identificada, por escrito, a intenção do desertor de licenciar-se do serviço militar.
- D) proceder à contagem dos dias de ausência, a ser iniciada a zero hora do dia seguinte ao da instauração do inquérito.
- E) restituir imediatamente à unidade os bens e instrumentos de trabalho de propriedade da organização militar sob posse do ausente, independentemente de auto de inventário.

Comentário:

Termo de deserção. Formalidades

CPPM Art. 451. Consumado o crime de deserção, nos casos previsto na lei penal militar, **o comandante da unidade, ou autoridade correspondente, ou ainda autoridade superior, fará lavrar o respectivo termo, imediatamente,** que poderá ser impresso ou datilografado, sendo por ele assinado e por duas testemunhas idôneas, além do militar incumbido da lavratura.

§ 1º A contagem dos dias de ausência, para efeito da lavratura do termo de deserção, iniciar-se-á a **zero hora do dia seguinte àquele em que for verificada a falta injustificada do militar.**

Efeitos do termo de deserção

GARANTA O PACOTE COMPLETO COM 50% OFF: [CLIQUE AQUI AGORA!](#)

CPPM Art. 452. O termo de deserção tem o caráter de instrução provisória e destina-se a fornecer os elementos necessários à propositura da ação penal, **sujeitando, desde logo, o desertor à prisão.**

Parte de deserção

CPPM Art. 456. § 2º **Decorrido o prazo para se configurar a deserção**, o comandante da subunidade, ou autoridade correspondente, encaminhará ao comandante, ou chefe competente, **uma parte acompanhada do inventário.**

Gabarito: Letra B.

LEGISLAÇÃO PENAL EXTRAVAGANTE

50) Conforme a legislação pertinente, considera-se crime hediondo

- A) o favorecimento da exploração sexual de pessoas adultas.
- B) o estupro de vulnerável tentado.
- C) a lesão corporal dolosa de natureza grave.
- D) o sequestro.
- E) a extorsão simples.

Comentário:

Lei 8.072/1990. Art. 1º São considerados **hediondos** os seguintes crimes, todos tipificados no Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, **consumados ou tentados**:

VI - **estupro de vulnerável** (art. 217-A, caput e §§ 1o, 2o, 3o e 4o);

Crimes Hediondos	
Antes do Pacote Anticrime (Lei 13.964/2019)	Após o Pacote Anticrime (Lei 13.964/2019)
Lei 8.072/1990. Art. 1º São considerados hediondos os seguintes crimes, todos tipificados no Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, consumados ou tentados : I – homicídio (art. 121), quando praticado em atividade típica de grupo de extermínio, ainda que cometido por um só agente, e homicídio qualificado (art. 121, § 2o, incisos I, II, III, IV, V, VI e VII);	Lei 8.072/1990. Art. 1º São considerados hediondos os seguintes crimes, todos tipificados no Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, consumados ou tentados : I - homicídio (art. 121), quando praticado em atividade típica de grupo de extermínio, ainda que cometido por um só agente, e homicídio qualificado (art. 121, § 2º, incisos I, II, III, IV, V, VI, VII e VIII);
A lei 13.964/2019 inseriu o inciso VIII do Art. 121 do CP/40 , no entanto, a própria Lei 13.964/19 vetou o inciso VIII do Art. 121 do CP/40 .	
I-A – lesão corporal dolosa de natureza gravíssima (art. 129, § 2o) e lesão corporal seguida de morte (art. 129, § 3o), quando praticadas contra autoridade ou agente descrito nos arts. 142 e 144 da Constituição Federal, integrantes do sistema prisional e da Força Nacional de Segurança Pública, no exercício da função ou em decorrência dela, ou contra seu cônjuge, companheiro ou parente consanguíneo até terceiro grau, em razão dessa condição;	I-A – lesão corporal dolosa de natureza gravíssima (art. 129, § 2o) e lesão corporal seguida de morte (art. 129, § 3o), quando praticadas contra autoridade ou agente descrito nos arts. 142 e 144 da Constituição Federal, integrantes do sistema prisional e da Força Nacional de Segurança Pública, no exercício da função ou em decorrência dela, ou contra seu cônjuge, companheiro ou parente consanguíneo até terceiro grau, em razão dessa condição;
II - latrocínio (art. 157, § 3o, in fine);	II - roubo : a) circunstanciado pela restrição de liberdade da vítima (art. 157, § 2º, inciso V); b) circunstanciado pelo emprego de arma de fogo (art. 157, § 2º-A, inciso I) ou pelo emprego de arma de fogo de uso proibido ou restrito (art. 157, § 2º-B); c) qualificado pelo resultado lesão corporal grave ou morte (Latrocínio) (art. 157, § 3º);

III - extorsão qualificada pela morte (art. 158, § 2º);	III - extorsão qualificada pela restrição da liberdade da vítima, ocorrência de lesão corporal ou morte (art. 158, § 3º);
A Lei 13.964/2019 alterou o Art. 1º, II da Lei de Crimes Hediondos , acrescentando outras modalidades de roubos circunstanciados , além do latrocínio , como o roubo circunstanciado pela restrição de liberdade e o roubo mediante emprego de arma de fogo (art. 157, § 2º-A, inciso I) ou pelo emprego de arma de fogo de uso proibido ou restrito (art. 157, § 2º-B);	
IV - extorsão mediante sequestro e na forma qualificada (art. 159, caput, e §§ 1º, 2º e 3º);	IV - extorsão mediante sequestro e na forma qualificada (art. 159, caput, e §§ 1º, 2º e 3º);
V - estupro (art. 213, caput e §§ 1º e 2º);	V - estupro (art. 213, caput e §§ 1º e 2º);
VI - estupro de vulnerável (art. 217-A, caput e §§ 1º, 2º, 3º e 4º);	VI - estupro de vulnerável (art. 217-A, caput e §§ 1º, 2º, 3º e 4º);
VII - epidemia com resultado morte (art. 267, § 1º).	VII - epidemia com resultado morte (art. 267, § 1º).
VII-B - falsificação, corrupção, adulteração ou alteração de produto destinado a fins terapêuticos ou medicinais (art. 273, caput e § 1º, § 1º-A e § 1º-B, com a redação dada pela Lei no 9.677, de 2 de julho de 1998).	VII-B - falsificação, corrupção, adulteração ou alteração de produto destinado a fins terapêuticos ou medicinais (art. 273, caput e § 1º, § 1º-A e § 1º-B, com a redação dada pela Lei no 9.677, de 2 de julho de 1998).
VIII - favorecimento da prostituição ou de outra forma de exploração sexual de criança ou adolescente ou de vulnerável (art. 218-B, caput, e §§ 1º e 2º).	VIII - favorecimento da prostituição ou de outra forma de exploração sexual de criança ou adolescente ou de vulnerável (art. 218-B, caput, e §§ 1º e 2º).
Não existia	IX - furto qualificado pelo emprego de explosivo ou de artefato análogo que cause perigo comum (art. 155, § 4º-A).
A Lei 13.964/2019 passou a considerar o crime hediondo o furto qualificado pelo emprego de explosivo ou de artefato análogo que cause perigo comum .	
Parágrafo único. Consideram-se também hediondos o crime de genocídio previsto nos arts. 1º, 2º e 3º da Lei no 2.889, de 1º de outubro de 1956, e o de posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso restrito , previsto no art. 16 da Lei no 10.826, de 22 de dezembro de 2003, todos tentados ou consumados.	Parágrafo único. Consideram-se também hediondos , tentados ou consumados: I - o crime de genocídio , previsto nos arts. 1º, 2º e 3º da Lei nº 2.889, de 1º de outubro de 1956; II - o crime de posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso proibido , previsto no art. 16 da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003; III - o crime de comércio ilegal de armas de fogo , previsto no art. 17 da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003; IV - o crime de tráfico internacional de arma de fogo, acessório ou munição , previsto no art. 18 da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003; V - o crime de organização criminosa , quando direcionado à prática de crime hediondo ou equiparado .
A Lei 13.964/2019 alterou o Parágrafo único do Art. 1º da Lei de Crimes Hediondos, adicionando como Hediondo os crimes, tentados ou consumados, de: * Comércio ilegal de armas de fogo , previsto no art. 17 da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003; * Tráfico internacional de arma de fogo, acessório ou munição , previsto no art. 18 da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003; * Organização criminosa , quando direcionado à prática de crime hediondo ou equiparado . * Posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso proibido ,	

Gabarito: Letra B.

51) Em caso de membro do Poder Legislativo eleito para mandato legislativo praticar conduta descrita em lei como abuso de autoridade,

- A) a conduta do sujeito não poderá ser enquadrada na Lei de Abuso de Autoridade, porquanto esta alcança apenas o servidor público.
- B) o sujeito poderá ser enquadrado na Lei de Abuso de Autoridade, mediante requisição do ministro da Justiça.
- C) o parlamentar estará sujeito aos ditames da Lei de Abuso de Autoridade, como qualquer outro servidor público.
- D) o sujeito não se submeterá à Lei de Abuso de Autoridade, em razão de prerrogativa de função.
- E) o parlamentar estará sujeito à Lei de Abuso de Autoridade, desde que haja representação do ofendido..

Comentário:

LAA/19. Art. 2º É **sujeito ativo** do crime de abuso de autoridade **qualquer agente público, servidor ou não**, da administração direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de Território, compreendendo, mas **não se limitando** a:

I - **servidores públicos e militares** ou **pessoas a eles equiparadas**;

II - **membros do Poder Legislativo**;

III - **membros do Poder Executivo**;

IV - **membros do Poder Judiciário**;

V - **membros do Ministério Público**;

VI - membros dos **tribunais** ou **conselhos de contas**.

LAA/19. Art. 3º Os crimes previstos nesta Lei são de **ação penal pública incondicionada**.

Gabarito: Letra C.

52) Nos crimes previstos na Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989 – que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor –, constitui efeito da condenação a perda do cargo ou função pública, para o servidor público, e a suspensão do funcionamento do estabelecimento particular envolvido por prazo não superior a:

- A) 1 mês.
- B) 1 ano.
- C) 6 meses.
- D) 3 meses.

Comentário:

Art. 16. Constitui **efeito da condenação** a **perda do cargo ou função pública, para o servidor público**, e a **suspensão do funcionamento do estabelecimento particular** por prazo **não superior a três meses**.

Gabarito: Letra D.

53) Conforme a Lei Maria da Penha, caracteriza forma específica de violência doméstica e familiar contra a mulher

- A) a retenção de seus documentos pessoais, o que constitui violência patrimonial.
- B) conduta que a impeça de usar método contraceptivo, o que constitui violência moral.
- C) a destruição de seus objetos e instrumentos de trabalho, o que constitui violência física.
- D) conduta que limite o exercício de seus direitos sexuais, o que constitui violência psicológica.
- E) conduta que a faça participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação ou ameaça, o que constitui violência moral.

Comentário:

Letra A: Correta.

Violência	Entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição
------------------	--

Patrimonial	parcial ou total de seus objetos , instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades;
--------------------	---

Letra B: Errada.

Violência Sexual	Entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada , mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar , de qualquer modo, a sua sexualidade , que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição , mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos ;
-------------------------	---

Letra C: Errada.

Violência Patrimonial	Entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos , instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades;
------------------------------	---

Letra D/E: Erradas.

Violência Sexual	Entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada , mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar , de qualquer modo, a sua sexualidade , que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição , mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos ;
-------------------------	---

Gabarito: Letra A.

LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL

54) Sobre a organização básica e fixa do efetivo da Polícia Militar do Pará – PMPA (Lei Complementar 053/06), podemos afirmar que a PMPA:

- A) é uma instituição temporária.
- B) é uma força auxiliar e reserva do exército, sendo órgão da administração direta do Estado.
- C) é subordinado ao Governado Federal.
- D) é vinculada à Secretaria da fazenda.
- E) possui como função principal a de polícia preventiva.

Comentário:

LC 053/06. Art. 1º A **Polícia Militar do Pará - PMPA** é **instituição permanente, força auxiliar e reserva do Exército**, organizada com base na hierarquia e disciplina militares, **subordinada ao Governador do Estado**, cabendo-lhe a **polícia ostensiva** e a **preservação da ordem pública**, atividade-fim da corporação, para a incolumidade das pessoas e do patrimônio.

Art. 2º A Polícia Militar do Pará compõe o Sistema de Segurança Pública do Estado, é **vinculada à Secretaria Especial de Estado de Defesa Social**, nos termos da legislação estadual em vigor, atua de forma integrada com os demais órgãos de defesa social do Estado, em parceria com os demais órgãos públicos, privados e a comunidade, de maneira a garantir a eficiência de suas atividades.

Parágrafo único. A PMPA é **órgão da administração direta do Estado**, com dotação orçamentária própria, autonomia administrativa e funcional.

PM-PA – Disposições Gerais
➤ Instituição permanente, força auxiliar e reserva do Exército ;

- Base na hierarquia e disciplina militares;
- **Órgão da Administração direta**;
- Dotação orçamentária própria, autonomia administrativa e funcional;
- **Subordinada** ao Governador do Estado;
- **Vinculada** à Secretaria Especial de Estado de Defesa Social;
- **Função**: polícia ostensiva e a preservação da ordem pública;

Gabarito: Letra B.

55) É possível, nas situações previstas em lei, a convocação do Policial Militar da Reserva Remunerada para o serviço ativo. Em havendo essa convocação, o ato é praticado pelo:

- A) Comandante geral da PMPA.
- B) Diretor de Pessoal da PMPA.
- C) Chefe do Núcleo de Voluntários da Reserva Remunerada.
- D) Governador do Estado do Pará.
- E) Secretário de Segurança Pública do Pará.

Comentário:

Lei 5.251/85. Art. 6º - Os **Policiais-Militares da reserva remunerada poderão**, mediante aceitação voluntária, **ser designados para o serviço ativo**, em caráter transitório, por proposta do Comandante Geral e ato do Governador do Estado.

Gabarito: Letra D.

56) De acordo com o Código de Ética e Disciplina da Polícia Militar do Pará, assinale a opção correta.

- A) A camaradagem é dispensável à formação e ao convívio da família policial-militar, devendo existir as melhores relações sociais entre os policiais militares.
- B) A incompatibilidade para com o cargo é a habilitação ao exercício funcional decorrente do preparo técnico-profissional.
- C) As demonstrações de camaradagem, cortesia e consideração, obrigatórias entre os policiais militares, devem ser indispensáveis aos militares das Forças Armadas e aos policiais e bombeiros militares de outras corporações.
- D) A honra pessoal do policial-militar é o dever de pautar sua conduta com correção de atitudes, como um profissional correto.
- E) A Deontologia Policial-Militar reúne valores úteis, lógicos e razoáveis, destinados a elevar a profissão policial-militar à condição de missão.

Comentário:

Letra A: Errada.

Lei 6.833/2006 Art. 15. A **camaradagem é indispensável à formação e ao convívio** da família policial-militar, devendo existir as melhores relações sociais entre os policiais militares.

Letra B: Errada.

Lei 6.833/2006 Art. 17 § 7º A **incompatibilidade** para com o cargo é a **inabilitação ao exercício funcional decorrente da falta de preparo técnico-profissional**.

Letra C: Errada.

Lei 6.833/2006 Art. 16. Parágrafo único. As demonstrações de camaradagem, cortesia e consideração, **obrigatórias** entre os policiais militares, **devem ser dispensadas** aos militares das Forças Armadas e aos policiais e bombeiros militares de outras corporações.

Letra D: Errada.

GARANTA O PACOTE COMPLETO COM 50% OFF: [CLIQUE AQUI AGORA!](#)

Lei 6.833/2006 Art. 17. § 4º **Pundonor** policial-militar é o **dever de pautar sua conduta com correção de atitudes**, como um profissional correto. Exige-se do policial militar, em qualquer ocasião, comportamento ético que refletirá no seu desempenho perante a Instituição a que serve e no grau de respeito que lhe é devido.

Letra E: Correta.

Lei 6.833/2006 Art. 14. Parágrafo único. A Deontologia Policial-Militar **reúne valores úteis, lógicos e razoáveis, destinados a elevar a profissão policial-militar à condição de missão.**

Gabarito: Letra E.

57) De acordo com a Lei Complementar 142/21, são considerados dependentes do militar, desde que assim declarados por ele na organização militar competente:

- A) o filho estudante menor de 24 anos de idade que receba rendimentos;
- B) O pai do militar, mesmo que seja independente financeiramente.
- C) menor de 18 anos de idade que viva sob a sua guarda por decisão judicial.
- D) o cônjuge, mesmo separado.
- E) o tutelado independente.

Comentário:

LC. 142/21. Art. 4º São considerados dependentes do militar, desde que assim declarados por ele na organização militar competente:

I - **o cônjuge** ou o companheiro com quem viva em união estável, **na constância do vínculo**; e **(LETRA D)**

II - o filho ou o enteado:

- a) menor de 21 anos de idade; ou
- b) inválido.

§ 1º Podem, ainda, ser considerados dependentes do militar, desde que não recebam rendimentos e sejam declarados por ele na organização militar competente:

I - o filho ou o enteado estudante menor de 24 (vinte e quatro) anos de idade; **(LETRA A)**

II - o pai e a mãe; e **(LETRA B)**

III - o tutelado ou o curatelado inválido ou menor de 18 (dezoito) anos de idade que viva sob a sua guarda por decisão judicial. **(LETRA C)**

Gabarito: Letra C.

58) De acordo com a Lei 6.626/04, são requisitos para a inscrição ao concurso, exceto:

- A) ser brasileiro;
- B) ter até 35 anos para o concurso ao Curso de Adaptação de Oficiais;
- C) ter altura mínima de 1,70 m, se homem, e de 1,60 m, se mulher;
- D) estar em pleno exercício dos direitos políticos;
- E) gozar de saúde física e mental;

Comentário:

Lei 6.626/04. Art. 3º A inscrição ao concurso público será realizada conforme dispuserem as regras editalícias e o regulamento desta Lei.

§ 1º O concurso será precedido de autorização governamental e realizado em data designada pelo Comandante-Geral.

§ 2º São **requisitos** para a inscrição ao concurso:

- a) ser **brasileiro**;

- b) ter idade compreendida **entre 18 e 30 anos** para o concurso ao **Curso de Formação de Oficiais** e ao **Curso de Formação de Praças**;
- c) ter **até 35 anos** para o concurso ao **Curso de Adaptação de Oficiais**;
- d) provar o cumprimento das obrigações eleitorais e militares;
- e) estar em pleno exercício dos direitos políticos;
- f) gozar de saúde física e mental;
- g) **não haver sido condenado criminalmente** por sentença judicial transitada em julgado, ou **sofrido sanção administrativa impeditiva** do exercício de cargo público;
- h) **ter altura mínima de 1,60 m, se homem, e de 1,55 m, se mulher;**

Gabarito: Letra C.

DIREITOS HUMANOS

59) No Brasil, após a promulgação da Emenda Constitucional n.º 45/2004, os tratados relativos aos direitos humanos aprovados na forma prevista são equivalentes às

- A) leis complementares.
B) emendas constitucionais.
C) leis ordinárias.
D) garantias individuais e coletivas.
E) normas de direito fundamental.

Comentário:

CF/88. Art. 5º. §3º. Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em **cada Casa do Congresso Nacional**, em **dois turnos**, por **três quintos** dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às **emendas constitucionais**. (Incluído E.C nº 45, de 2004)

Tratados e Convenções Internacionais – Força de Emenda Constitucional

- * Tratar sobre **Direitos humanos**;
- * Ser aprovado, em **dois turnos**, em **cada Casa** do Congresso Nacional;
- * É necessário **3/5 dos votos** dos respectivos membros de cada **Casa do Congresso Nacional**;

Tratados e Convenções Internacionais

Comuns	Direitos Humanos
Status de Lei Ordinária	* Status de Emenda Constitucional, se aprovado pelo quórum qualificado (CF/88. Art. 5º. §3º). * Status de Norma Supralegal, se aprovado sem o quórum de Emenda.
OBS: A Convenção Internacional sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência e seu Protocolo Facultativo (2007) e o Tratado de Marraqueche (2013), até o momento, são os únicos Tratados e Convenções internacionais de direitos humanos incorporados no Brasil com status de emenda constitucional .	
OBS: A Convenção Americana de Direitos Humanos (Pacto de San José da Costa Rica) realizada em 1969 para o STF (RE 466.343) possui o Status de Norma Supralegal .	

Tratados e Convenções Internacionais - Procedimento

Comuns	Direitos Humanos
1º Fase: Negociação do Tratado Internacional; CF/88. Art. 21. Compete à União: I - manter relações com Estados estrangeiros e participar de organizações internacionais;	1º Fase: Negociação do Tratado Internacional; CF/88. Art. 21. Compete à União: I - manter relações com Estados estrangeiros e participar de organizações internacionais;

CF/88. Art. 84. Compete privativamente ao Presidente da República: VIII - celebrar tratados, convenções e atos internacionais, sujeitos a referendo do Congresso Nacional; 2º Fase: Aprovação por Decreto Legislativo pelo Congresso Nacional (Referendo). CF/88. Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional: I - resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional; 3º Fase: Ratificação pelo Presidente da República. Nessa fase, o Presidente tem a discricionariedade em decidir sobre a ratificação. Após decidido, o ato de ratificação se torna irretratável. 4º Fase: Promulgação e Publicação do Tratado.	CF/88. Art. 84. Compete privativamente ao Presidente da República: VIII - celebrar tratados, convenções e atos internacionais, sujeitos a referendo do Congresso Nacional; 2º Fase: Aprovação mediante Emenda Constitucional pelo Congresso Nacional (Referendo). CF/88. Art. 5º. §3º. Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais. 3º Fase: Ratificação pelo Presidente da República. Nessa fase, o Presidente tem a discricionariedade em decidir sobre a ratificação. Após decidido, o ato de ratificação se torna irretratável. 4º Fase: Inexigível a Promulgação e Publicação do Tratado.
---	---



Gabarito: Letra B.

60) O Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos

- A) veda a escravidão e os trabalhos forçados ou obrigatórios, sem qualquer ressalva.
 B) estabelece o ne bis in idem e a presunção de inocência, sem, contudo, referenciar o duplo grau de jurisdição.
 C) impõe a designação de defensor de ofício para assistir o acusado sempre que o interesse da justiça o exigir.
 D) permite que os Estados-membros proíbam, arbitrariamente, a entrada de qualquer pessoa, ainda que natural do país, em seu território.
 E) dispõe expressamente sobre a proibição da tortura.

Comentário:

Letra A: Errada.

ARTIGO 8

1. **Ninguém** poderá ser submetido à escravidão; a **escravidão** e o **tráfico de escravos**, em todas as suas formas, ficam **proibidos**.

3. a) **Ninguém** poderá ser obrigado a executar **trabalhos forçados** ou **obrigatórios**;

b) A alínea a) do presente parágrafo **não poderá ser interpretada** no sentido de proibir, nos países em que certos crimes sejam punidos com prisão e trabalhos forçados, o cumprimento de uma pena de trabalhos forçados, **imposta por um tribunal competente**;

Letra B: Errada.

ARTIGO 14

2. Toda pessoa acusada de um delito terá direito a que se **presuma sua inocência** enquanto não for legalmente comprovada sua culpa. (**Presunção de Inocência**)

5. Toda pessoa declarada culpada por um delito terá **direito de recorrer da sentença condenatória** e da pena a uma **instância superior**, em conformidade com a lei. (**Duplo grau de jurisdição**)

7. Ninguém poderá ser **processado ou punido por um delito pelo qual já foi absorvido ou condenado** por sentença passada em julgado, em conformidade com a lei e os procedimentos penais de cada país. (**Ne bis in idem**)

Letra C: Errada.

ARTIGO 14

3. Toda pessoa **acusada** de um delito terá **direito**, em plena igualdade, a, **pelo menos**, as seguintes garantias:

d) De estar **presente no julgamento** e de **defender-se pessoalmente** ou por **intermédio de defensor** de sua escolha; de ser informado, caso não tenha defensor, do direito que lhe assiste de tê-lo e, sempre que o interesse da justiça assim exija, de ter um defensor designado ex-offício gratuitamente, se não tiver meios para remunerá-lo;

Letra D: Errada.

ARTIGO 12

2. Toda pessoa terá o direito de **sair livremente de qualquer país**, inclusive de seu próprio país.

Letra E: Correta.

ARTIGO 7

Ninguém poderá ser submetido à tortura, nem a penas ou tratamento cruéis, desumanos ou degradantes. Será **proibido** sobretudo, **submeter uma pessoa**, sem seu livre consentimento, **a experiências médias ou científicas**.

Gabarito: Letra E.

GARANTA O PACOTE COMPLETO COM **50% OFF**: [CLIQUE AQUI AGORA!](#)

Quantas questões você acertou?
Marque o @quebrandoquestoes no Instagram!